



AMAZONAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

PÁG. 24

Conhecimento para a Amazônia

A história da política científica do Amazonas e por que investir em Ciência, Tecnologia e Inovação é decisivo para transformar conhecimento em desenvolvimento sustentável.

São pessoas que fazem a ciência acontecer no Amazonas

Por trás de cada política pública, projeto e inovação, existem pessoas.



Debora Holanda



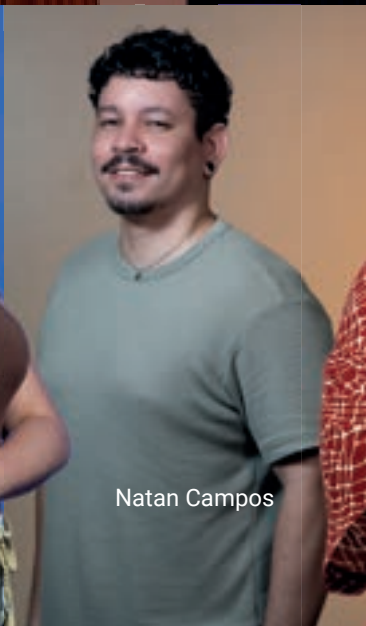
Stéphanie Galvão



Milena Barker



Natielly Camurça



Natan Campos



Giovanna Libania

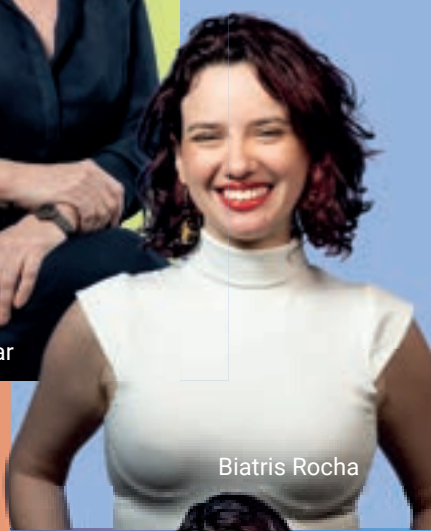


Cisnea Basílio

Profissionais que dedicam seu trabalho ao fortalecimento do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação. São trajetórias construídas com compromisso, conhecimento e serviço público.



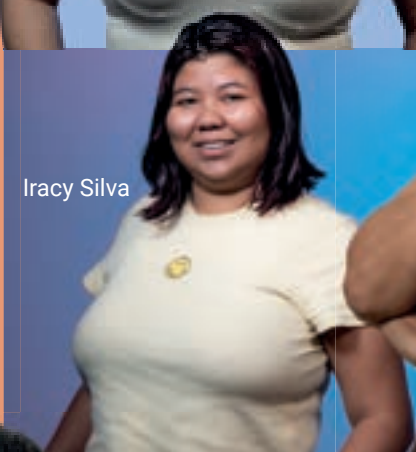
Luciani Aguiar



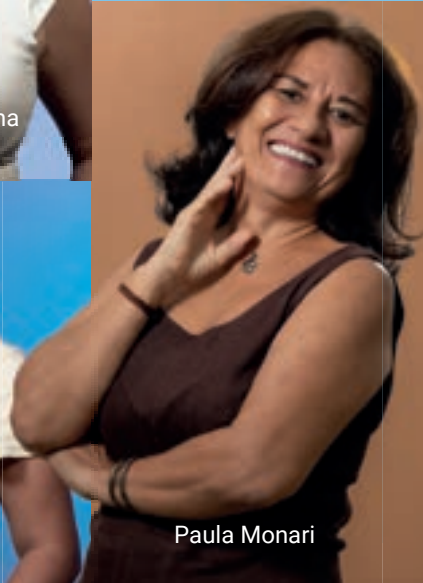
Biatrix Rocha



Samarony de Lima Pinheiro



Iracy Silva



Paula Monari



Karla Arakaki



Vitor França



Vinicius da Silva

A Sedecti é feita de história, e essa história é feita por gente.

Secretaria de **Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação**



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

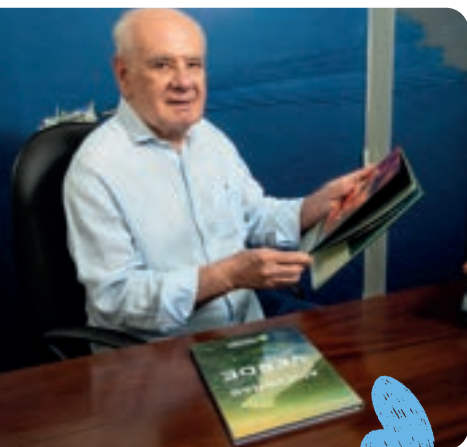


ÍNDICE

pág.

10

Mensagem do
governador
Wilson Lima



pág.

14

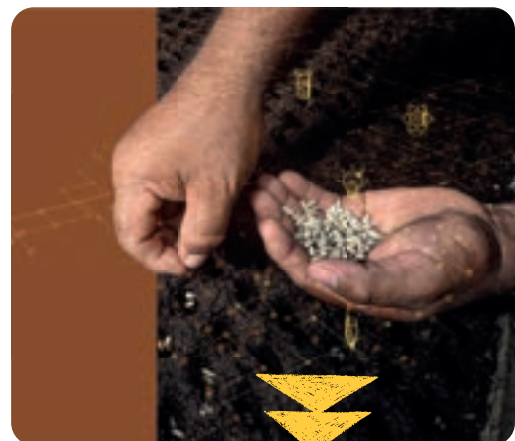
Entrevista com Serafim
Corrêa - "O desafio é
encontrar um ponto
de equilíbrio que una
inovação com as
características próprias
da nossa região"



pág.

20

Artigo de Jeibi
Medeiros - Inteligência
Artificial e tecnologia
no Amazonas: visão
estratégica, desafios e
impacto social



Matéria da Capa
pág.

24

A ciência como
política de Estado



pág.

76

Plano de Bioeconomia do Amazonas: a floresta como caminho de futuro

sem



pág.

50

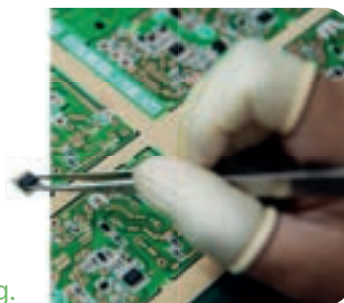
A Amazônia como laboratório vivo de inovação social



pág.

88

Fronteiras de futuro: o papel estratégico do Niffam no coração da Amazônia



pág.

62

Conecti - Um novo ciclo para a ciência amazônica

EDITORIAL

A revista CT&I Amazonas nasce como um documento de memória e, ao mesmo tempo, como um gesto de convocação coletiva. Ao reunir passado, presente e futuro da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Estado, a publicação reafirma um princípio fundamental ao evidenciar que o desenvolvimento só se sustenta quando há projeto, continuidade e visão de longo prazo.

A matéria de capa conduz o leitor por uma retrospectiva densa e necessária da construção do sistema estadual de CT&I, uma trajetória feita de decisões institucionais, disputas políticas, apostas públicas e, sobretudo, de pessoas. Para tornar esse percurso visível, esta edição histórica traz uma linha do tempo com os principais marcos da área no Amazonas, sob a perspectiva das políticas públicas que estruturaram, fortaleceram e, em muitos momentos, desafiaram a consolidação da ciência no Estado. É um convite à leitura atenta do caminho percorrido e à compreensão de que nada foi improvisado, pois cada avanço foi fruto de escolhas e de trabalho coletivo.

Nesse mesmo espírito de reconhecimento, apresentamos uma galeria especial de ex-secretários, como forma de homenagem às pessoas que ajudaram a construir essa história. Essa galeria representa não apenas nomes e cargos, mas também as equipes técnicas, gestoras e operacionais que, ao longo dos anos, trabalharam de forma incansável para fazer a área científica acontecer no cotidiano do Amazonas.

Ao longo das páginas, o leitor encontrará uma reportagem sobre o papel estratégico do Núcleo Estadual de Fronteira do Amazonas (Niffam) na articulação institucional e na mobilização de atores públicos e privados para o desenvolvimento integrado das áreas de fronteira do Estado. A edição traz ainda uma matéria sobre a reativação do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (Connecti), devolvendo à sociedade um espaço fundamental de diálogo, escuta qualificada e formulação de políticas públicas em ciência, tecnologia e inovação.



Ponte Jornalista Phelippe Daou Fotos: Michell Mello

A entrevista exclusiva com o titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), Serafim Corrêa, explicita uma visão de Estado em que a CT&I ocupa lugar central nas estratégias de desenvolvimento, especialmente quando conectada à inovação social e aos investimentos públicos estruturantes. O secretário-executivo da Secti, Jeibi Medeiros, traz em um artigo opinativo uma leitura atual e crítica sobre a Inteligência Artificial e tecnologia no Amazonas.

Além disso, o compromisso se materializa de forma emblemática no Plano Estadual de Bioeconomia, apresentado nesta edição por meio de uma reportagem como um verdadeiro marco. O plano reconhece a bioeconomia como política concreta, capaz de gerar renda, proteger a floresta, fortalecer comunidades e reposicionar o Amazonas no debate global sobre sustentabilidade e inovação.

A revista também reflete um cuidado editorial minucioso. A pauta foi amplamen-

te discutida, as narrativas pensadas com responsabilidade histórica, a escolha das imagens feita com atenção ao simbolismo e à representatividade, e o leiaute concebido para dialogar com o leitor de forma fluida e contemporânea. O caráter multimídia da publicação, com o uso de QR Codes, amplia a experiência de leitura e conecta o impresso ao ambiente digital.

Nada disso seria possível sem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), que financiou o projeto de execução desta revista e reafirma, mais uma vez, seu papel estratégico no fortalecimento da ciência, da inovação e da divulgação científica no Estado.

A publicação é, portanto, um convite à leitura, à reflexão e ao reconhecimento. Que esta revista circule, provoque, inspire e permaneça como registro de um momento em que o Amazonas reafirma: investir em ciência, tecnologia e inovação é investir em si mesmo, em sua gente e em seu futuro. Boa leitura!

EXPEDIENTE


Publicação de divulgação científica produzida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

Wilson Miranda Lima

Governador do Estado do Amazonas

Tadeu de Souza

Vice-governador do Estado do Amazonas

 **Instagram:** @sedecti_am

 **Facebook:** @Sedecti.Amazonas

 **YouTube:** @sedectiamazonas

 **LinkedIn:** sedecti-am

 **X:** SedectiAmazonas

 **Spotify:** Sedecti_am

Distribuição gratuita.

Revista CT&I Amazonas - Volume 1 - Ano 2026 - n.º 1

Serafim Fernandes Corrêa

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - Sedecti

Gustavo Adolfo Igrejas Filgueiras

Secretário-executivo de Desenvolvimento Econômico

Jeibi Medeiros da Costa

Secretário-executivo de Ciência, Tecnologia e Inovação - Secti

Sonia Janete Guerra dos Santos Gomes

Secretária-executiva de Planejamento

Henry Walber Dantas Vieira

Secretário-executivo do Trabalho e Empreendedorismo

Ana Maria Gomes Bessa

Secretária-executiva de Administração e Finanças

Tayana Rubim Batista

Secretária-executiva Adjunta de Relações Institucionais



Vista aérea de um trecho do arquipélago de Anavilhanas, no Rio Negro, Amazonas uma área de proteção ambiental fundamental para a conservação da biodiversidade amazônica. Foto: Michell Mello

**SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Secti
DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO
TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO - DTI**

Debora Holanda - Chefe do DTI

Stéphanie Galvão - Gerente DTI

Luciani Aguiar - Assessora DTI

COMITÊ EDITORIAL

Jeibi Medeiros

Debora Holanda

Cristiane Barbosa

Stéphanie Galvão

Luciani Aguiar

Rebeca Mota

EDITORIAÇÃO TEXTUAL E DE CONTEÚDO

Cristiane Barbosa (MTB/AM-092)

Editora-executiva/ Jornalista Responsável/
Redação

Debora Holanda (MTB/AM-1003)

Editora-executiva/ Jornalista Responsável

FOTOS

Michell Mello - DRT 320/AM

Bruno Leão/ Sedecti

Arquivo/ Secom

REVISÃO TEXTUAL

Beatriz Mascarenhas

Rebeca Mota

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO


Dayd Gonçalves

Sedecti - Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação

Avenida Urucará, nº 595 – Cachoeirinha
Cep: 69065-180

Horário: Segunda a Sexta de 8h às 15h


Email: faleconosco@sedecti.am.gov.br

A photograph of a man with a beard and glasses, wearing a light blue shirt, speaking into a microphone. He is smiling and looking towards the camera. The background is blurred, showing large blue and green letters, possibly part of a banner or logo.

*não é possível
de forma sóla
sustentável se
haja o foment
ciência, à tec
à inovação.*

Mensagem do governador

Fotos: Arquivo/Secom



Investir em ciência tem sido uma das nossas prioridades e um dos pilares da estratégia de desenvolvimento que o nosso governo traçou para o Amazonas. Ao longo dos últimos anos, entendemos que não é possível avançar de forma sólida e sustentável sem que haja o fomento à boa ciência, à tecnologia e à inovação. E é exatamente essa mensagem que a primeira edição da Revista da Ciência, produzida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) apresenta.

Com entrevistas, reportagens especiais e uma linha do tempo com os principais marcos da CT&I no Amazonas, entre outros assuntos, o material representa um marco para a comunidade científica e tecnológica do nosso estado, que avança com a gente na construção de novas oportunidades.

A Revista da Ciência também destaca o papel estratégico da Sedecti no desenvolvimento, aliado ao compromisso social e ambiental. Nos últimos anos, a secretaria se consolidou como uma importante articuladora de políticas que integram desenvolvimento econômico, ciência, tecnologia e inovação, estruturando ações que fortalecem a bioeconomia, ampliam a interiorização do desenvolvimento e estimulam a pesquisa aplicada.

*Avançar
ida e
em que
to à boa
nologia e*

MENSAGEM DO GOVERNADOR

As ações da secretaria são feitas de forma integrada, envolvendo outras instituições como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam), que formam capital humano e geram conhecimento capaz de transformar realidades.

E os nossos resultados já começaram a aparecer. Durante a COP30, por exemplo, lançamos o Plano Estadual de Bioeconomia, que orienta investimentos estratégicos e amplia o protagonismo do Amazonas no uso sustentável dos seus recursos naturais.

Atualizamos também o marco legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, criando condições mais favoráveis ao empreendedorismo inovador e à aproximação entre pesquisa e mercado. Avançamos na formação de profissionais por meio da UEA e do Cetam, ampliando a qualificação técnica e científica em todas as regiões.

A Fapeam tem desempenhado papel decisivo no fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de soluções para desafios locais. Também ampliamos a conectividade, levando inclusão digital a áreas antes isoladas e abrindo novas possibilidades para educação, empreendedorismo e economia criativa. Cada uma dessas iniciativas tem impacto direto na vida das pessoas, ao gerar emprego, renda e perspectivas de futuro.

E seguiremos ampliando os investimentos em ciência, tecnologia e inovação. A Sedecti continuará exercendo papel central na integração de políticas públicas, fortalecendo parcerias com universidades, potencializando a pesquisa aplicada e estimulando o empreendedorismo inovador.

Nosso convite é para que toda a sociedade participe desse processo. Tenho plena confiança no futuro do nosso estado e no potencial da ciência amazônica para transformar vidas e gerar novas oportunidades para nosso povo.

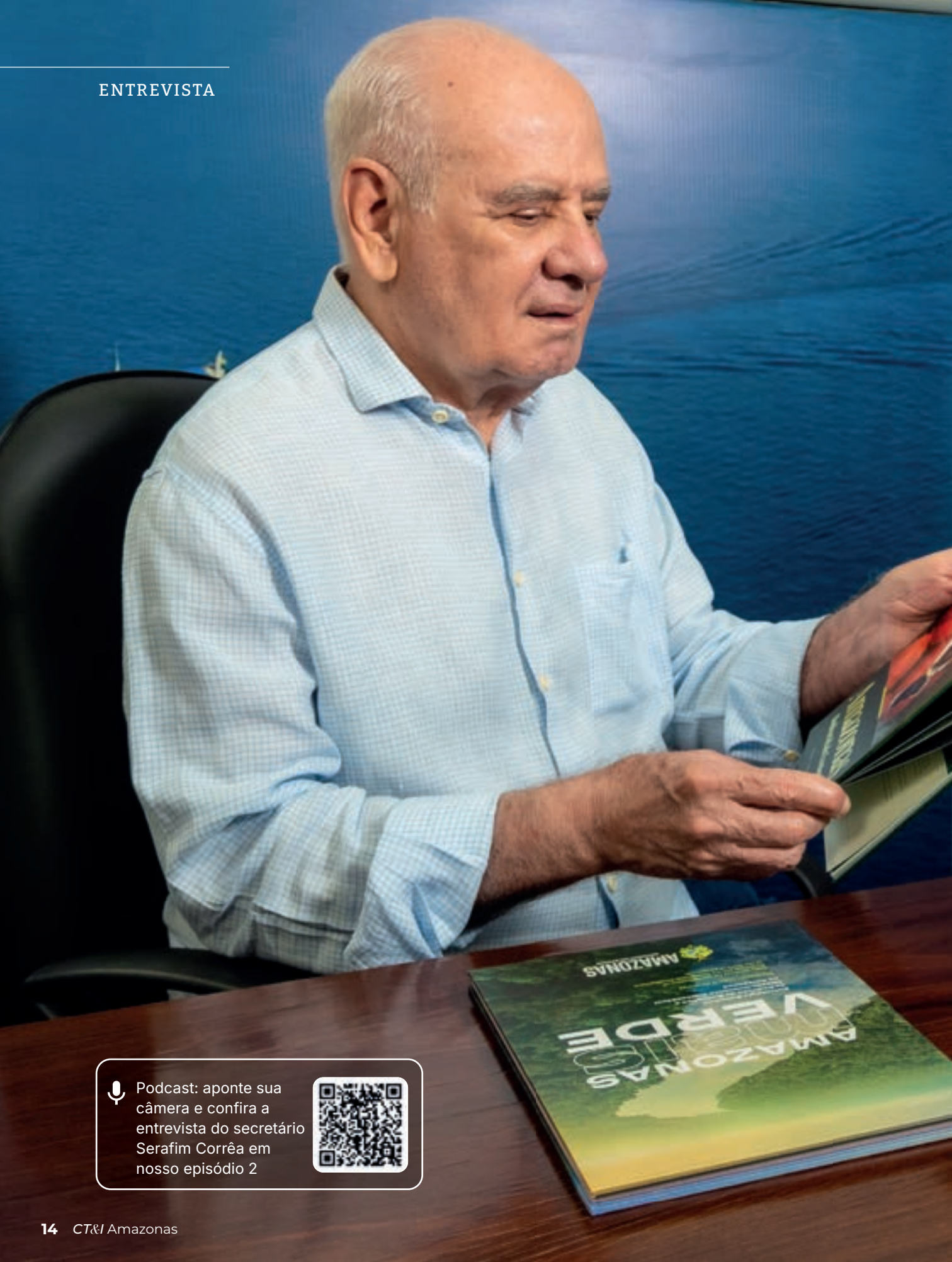
Wilson Lima

Governador do Amazonas



Tenho plena confiança
no futuro do nosso
estado e no potencial
da ciência amazônica
para transformar
vidas e
gerar novas
oportunidades
para nosso
povo.





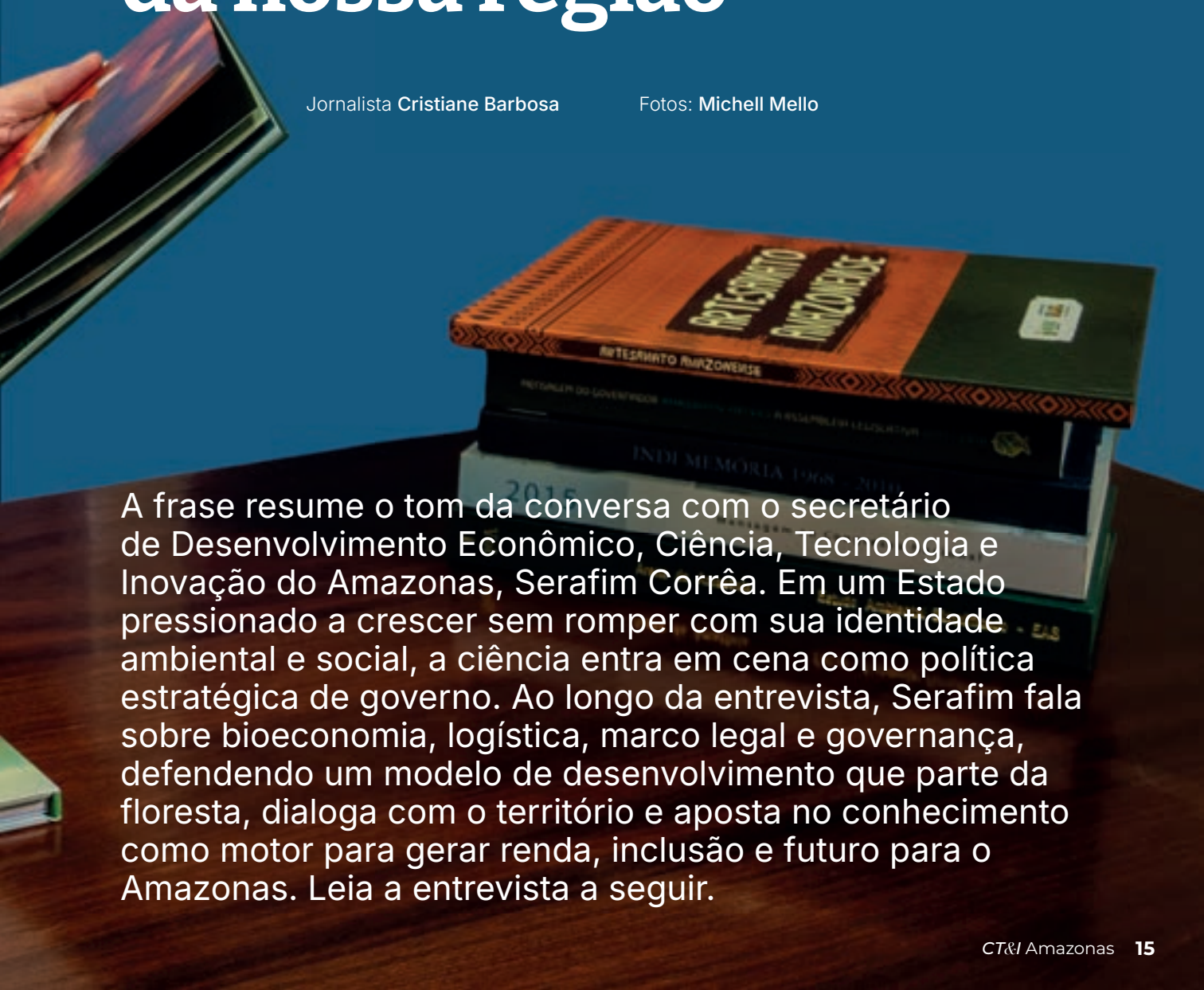
Podcast: aponte sua
câmera e confira a
entrevista do secretário
Serafim Corrêa em
nosso episódio 2



“O desafio é encontrar um ponto de equilíbrio que una inovação com as características próprias da nossa região”

Jornalista Cristiane Barbosa

Fotos: Michell Mello



A frase resume o tom da conversa com o secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas, Serafim Corrêa. Em um Estado pressionado a crescer sem romper com sua identidade ambiental e social, a ciência entra em cena como política estratégica de governo. Ao longo da entrevista, Serafim fala sobre bioeconomia, logística, marco legal e governança, defendendo um modelo de desenvolvimento que parte da floresta, dialoga com o território e aposta no conhecimento como motor para gerar renda, inclusão e futuro para o Amazonas. Leia a entrevista a seguir.



“O Plano de Bioeconomia organiza essa força, valorizando quem vive da floresta e transformando a nossa biodiversidade em oportunidades de inovação, renda e inclusão”.

Serafim Corrêa,
secretário da Sedecti



Imagem da orla da Manaus Moderna, no Centro, com a Ponte Jornalista Phelippe Daou ao fundo

Revista CT&I Amazonas - O senhor tem reforçado a importância da CT&I como pilares do desenvolvimento. Como o avanço tecnológico pode contribuir para um modelo de crescimento econômico sustentável no Amazonas, respeitando as nossas particularidades?

Serafim Corrêa - A tecnologia hoje orienta a economia do mundo inteiro, e o Amazonas não pode ficar fora dessa transformação. Mas também não podemos perder a nossa identidade, que está profundamente ligada à floresta e às pessoas que vivem nela. O desafio é encontrar um ponto de equilíbrio que una inovação com as características próprias da nossa região.

Nesse caminho, a biotecnologia se apresenta como um grande potencial. Já avançamos em algumas frentes, mas ainda temos uma imensidão de possibilidades para transformar conhecimento em desenvolvimento sustentável. Outro setor que merece atenção é o da logística. Por sermos um estado com dimensões continentais, qualquer solução criada aqui serve de referência para o Brasil inteiro. A logística é estratégica porque movimenta todos os demais setores, e inovar nela significa dar mais competitividade à nossa economia como um todo.

Revista CT&I Amazonas - O Plano de Bioeconomia do Amazonas é um dos grandes eixos de atuação do Governo. Que caminhos a Sedecti tem traçado para transformar a biodiversidade amazônica em vetor de inovação, geração de renda e inclusão social?

Serafim Corrêa - A bioeconomia sempre fez parte das vocações do Amazonas. O Plano de Bioeconomia organiza essa força, valorizando quem vive da floresta e transformando a nossa biodiversidade em oportunidades de inovação, renda e inclusão. Nosso compromisso

é construir uma economia mais sustentável e de baixo carbono, que gere desenvolvimento sem abrir mão da preservação. Para isso, temos buscado parcerias estratégicas e uma governança participativa que envolva governo, setor produtivo, academia e comunidades, garantindo que os resultados cheguem também ao interior do estado. Essa integração é o que permite consolidar o Amazonas como referência em desenvolvimento aliado à conservação.

Revista CT&I Amazonas - Com a reativação do Conecti e a atualização do Marco Legal de CT&I, o Estado vive um novo ciclo de integração institucional. Qual a importância dessas medidas para fortalecer o ecossistema de inovação e dar segurança jurídica às políticas públicas do setor?

Serafim Corrêa - A reativação do Conecti é fundamental para que o ecossistema de CT&I possua uma política estratégica que será aplicada pelas próprias instituições que a elaboraram, o que gera garantias e governança. No que se trata da atualização do marco legal de CT&I se pode considerar este um importante marco no fortalecimento do setor no Amazonas, visto que teremos uma das legislações mais atualizadas do País, com total sinergia com a política federal, o que facilita processos e trâmites entre os entes federativos, bem como gera garantia jurídica para as instituições atuarem de forma mais dinâmica, com a desburocratização de diversos processos.

“

“Neste momento de transição, o principal desafio da CT&I consiste em desenvolver uma estrutura de pesquisa robusta que contemple as diversas áreas e seja transversal, gerando produtos e soluções para a sociedade e para a economia”.

Serafim Corrêa,
secretário da Sedecti

O desafio é encontrar um ponto de equilíbrio que una inovação com as características próprias da nossa região



Serafim Corrêa em campo. Foto: Sedecti

Revista CT&I Amazonas - O Amazonas vive um momento de transição entre a preservação ambiental e a busca por novas matrizes econômicas. Quais são, na sua visão, os principais desafios e oportunidades que a ciência e a inovação enfrentam neste cenário?

Serafim Corrêa - Neste momento de transição, o principal desafio da CT&I consiste em desenvolver uma estrutura de pesquisa robusta que contemple as diversas áreas e seja transversal, gerando produtos e soluções para a sociedade e para a economia. Aspectos como formação técnica, superior e pós-graduação; fomento a pesquisas em áreas estratégicas; desenvolvimento de estrutura apropriada; entre outros elementos, que embora o Estado já possua boa base para tudo isso, esse mecanismo precisa se adaptar para as novas áreas de pesquisa e desenvolvimento, especialmente para tecnologia e utilização da biodiversidade de forma sustentável.

A
são
que
o l
Am
nas



ciência e a inovação
são os pilares
que vão determinar
o lugar que o
Amazonas ocupará
nas próximas décadas



“Quando unimos ciência, inovação e vocação amazônica, abrimos caminhos para um modelo de desenvolvimento que respeita a floresta e melhora a vida de quem vive nela. O futuro do nosso Estado depende dessa união”.

Serafim Corrêa, secretário da Sedecti

Revista CT&I Amazonas - Que mensagem o senhor deixaria aos pesquisadores, empreendedores e jovens amazônidas sobre o papel da ciência e inovação no futuro do Estado?

Serafim Corrêa - A ciência e a inovação são os pilares que vão determinar o lugar que o Amazonas ocupará nas próximas décadas. Aos pesquisadores, eu deixo o reconhecimento e o estímulo: o trabalho de vocês é estratégico para que possamos transformar conhecimento em soluções reais para a nossa gente, sempre com responsabilidade ambiental e compromisso público. Aos empreendedores, reforço que inovação não é apenas tecnologia de ponta, mas também a capacidade de enxergar oportunidades onde muitos veem dificuldades, e o nosso estado é rico em possibilidades únicas, da bioeconomia às novas cadeias produtivas sustentáveis. E aos jovens amazônidas, eu digo que o futuro passa por vocês. Não tenham medo de ousar, de estudar, de propor o novo. A Amazônia precisa de talento, criatividade e coragem para construir alternativas que conciliem desenvolvimento econômico e preservação. Quando unimos ciência, inovação e vocação amazônica, abrimos caminhos para um modelo de desenvolvimento que respeita a floresta e melhora a vida de quem vive nela. O futuro do nosso Estado depende dessa união.



Secretário-executivo da Secti, Jeibi Medeiros

Inteligência Artificial e tecnologia no Amazonas: visão estratégica, desafios e impacto social

Fotos: Michell Mello

Por Jeibi Medeiros*

Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e especialista em Engenharia de Produção. Atuou por mais de 15 anos na área de Telecomunicações e Tecnologia Avançada, incluindo experiências em empresas como Nokia e Flextronics.

Em 2020, ingressou na Sedecti como chefe do departamento de Atração de Investimentos e Comércio Exterior (Daice). Desde 2023, desempenha o cargo de secretário-executivo de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti).



Nasci em Manaus, mas vivi a primeira infância no interior. Dessa fase, guardo uma foto minha, ainda bebê, no quintal dos meus avós maternos, apontando para a câmera como quem tenta tocar algo que não entende — talvez ali já estivesse a curiosidade que mais tarde me guiaria. Cresci entre histórias simples e telas que pareciam mágicas. Acha-va que as pessoas moravam dentro da televisão e do rádio, e desmontava os aparelhos à procura delas. Dois desenhos marcaram aquele tempo: “Os Jetsons” e “Os Flintstones”, que mostravam que futuro e passado podiam coexistir, aguçando minha curiosidade por inovação. Um antecipava carros autônomos e videoconferências, o outro reinventava tudo em pedra. Em ambos, havia imaginação e engenharia.

Guardei esta mistura: tecnologia, memória e curiosidade. Foi dela que nasceu minha escolha pela engenharia e, com o tempo, meu caminho na inovação. Histórias assim são comuns na Amazônia: a curiosidade aparece cedo, insiste e, quando encontra oportunidade, transforma-se em vocação. Muitas trajetórias começam exatamente nesse espanto inicial — e amadurecem quando encontram espaço para virar prática.

Mais tarde, meu trabalho em uma multinacional me levou ao coração da tecnologia mundial. Passei anos em centros de pesquisa, acompanhando protótipos que viravam produtos e observando tendências antes de

chegarem ao mercado. Era engenharia direta: testar, validar, decidir. Também fazia parte da função integrar esse fluxo tecnológico entre a fábrica brasileira e as operações nas Américas. Viver entre a rotina amazônica e os bastidores da inovação global moldou a forma como enxergo o desenvolvimento do Estado.

Esse percurso deixou claro algo essencial: transformação real não depende de trajetórias individuais, mas de ecossistemas capazes de conectar pessoas, instituições, saberes e territórios. Essa compreensão também revela algo maior: em toda a Amazônia há milhares de crianças que carregam a mesma curiosidade que um dia me moveu. O desafio não é encontrá-las, é criar, por meio de governança territorial, escuta e ferramentas modernas, as oportunidades que permitam que cada uma delas transforme potencial em futuro. A Amazônia é moldada no desafio e é dessa força que nascem trajetórias capazes de dialogar com o mundo sem deixar de falar a partir do território.

Já no governo, sob as lideranças do governador Wilson Lima e do secretário Serafim Corrêa, encontrei terreno fértil para transformar essa visão em política pública. No Plano Estadual de Bioeconomia, percorremos os 62 municípios ouvindo quem vive o território. A escuta virou metodologia; o diálogo, ferramenta de planejamento. Quando apresentamos o Plano na COP30, o que le-

Tecnologia + memória + curiosidade

vamos não foi um documento isolado, mas a soma de vozes que mostram que ciência, tecnologia e floresta podem caminhar juntas.

Nesse percurso, a Inteligência Artificial surgiu como uma ampliação de possibilidades. O estranhamento que ela provoca não é novo: Platão desconfiou da escrita; a prensa de Gutenberg foi vista como ameaça; a fotografia, acusada de matar a arte; o cinema, de esvaziar o teatro; o computador pessoal e a internet, de corroer hábitos. A IA repete esse roteiro, mas a história mostra que nenhuma tecnologia eliminou a anterior: todas ampliaram a inteligência humana.

No Amazonas, essa ampliação tem papel decisivo. Aqui, IA não é adereço futurista: é ferramenta para reduzir desigualdades, prever riscos ambientais, fortalecer cadeias produtivas, apoiar decisões públicas e conectar territórios. É inteligência aumentada — dados, técnica e sensibilidade trabalhando juntos.

A rede que construímos reflete isso. Indústria, pesquisa, floresta e saberes tradicionais compõem a hélice que sustenta um modelo de desenvolvimento capaz de gerar soluções que nascem daqui para dialogar com o mundo. Nada disso avança sem capacitação: é preciso que mais pessoas vejam a IA como ampliação de capacidade, não como ameaça.

A Amazônia, quando fala por si, não é periferia do futuro. É o mapa.

E a IA, usada com propósito, é uma das ferramentas que nos permite iluminá-lo com clareza, responsabilidade e alma.



Jeibi Medeiros: IA como inteligência ampliada a serviço da Amazônia



Podcast: aponte sua câmera e confira a matéria de capa em nosso episódio 1



Sementes no solo simbolizam os investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Os grafismos representam as múltiplas áreas do conhecimento conectadas para gerar desenvolvimento

A ciência como política de Estado

Os bastidores da criação da Secti e da consolidação do sistema estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Jornalista Cristiane Barbosa

Fotos: Michell Mello/Acervo Secti

Na manhã da sexta-feira, 31 de janeiro de 2003, Manaus despertava sob o peso úmido do **inverno amazônico** quando, pelas páginas do Diário Oficial, uma ideia deixava o plano das intenções e se tornava política pública por meio da **Lei nº 2.783, que instituiu a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amazonas (Sect)**.

Para além do nascimento de uma nova pasta administrativa, era o início de uma mudança de mentalidade, pois pela primeira vez, a ciência passava a ser pensada como política pública estruturante, e não como discurso abstrato ou esforço isolado.

Inverno Amazônico:

estação chuvosa caracterizada por chuvas intensas, rios cheios e temperaturas mais amenas.



Lei nº 2.783, de 31 de janeiro de 2003 — cria a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect)



Na 61ª Reunião Anual da SBPC, em julho de 2009, a Fapeam apresentou, em exposição inédita com um barco, projetos e investimentos em CT&I, marcando um momento de forte projeção do Amazonas no cenário científico nacional. Foto: Acervo Odenildo Sena



Marilene Corrêa, primeira titular da Sect e primeira e única reitora mulher da UEA.



Marilene Corrêa ao lado de autoridades no início da construção do sistema de CT&I. Foto: Arquivo

A socióloga e professora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) Marilene Corrêa, primeira titular da secretaria, lembrou que o surgimento da Sect foi favorecido por um momento em que a ciência passou a ocupar lugar estratégico na agenda pública nacional e estadual, permitindo ao Amazonas estruturar sua própria política científica. “Isso influenciou muito na nossa escolha para a Secretaria de Ciência e Tecnologia e na criação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado”, detalhou ela que foi a primeira (e única) mulher a assumir a referida Secretaria e também a Reitoria da Universidade do Estado do Amazonas, cargo que ocupou entre 2007 e 2010.

Sob a gestão de Marilene, foi criado o Sistema Público Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, integrando a Sect, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam).

“Com esse contexto positivo, a Sect pôde formular, executar e acompanhar as ações de fomento de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Tínhamos como função principal promover essas ações de integração entre sistemas estadual e nacional de ciência e tecnologia”, ressaltou Marilene.

Esse desenho institucional também refletia uma escolha política clara sobre o perfil da liderança à frente da nova secretaria. Marilene lembra que a então Sect foi estruturada por pesquisadoras e pesquisadores com trajetória científica consolidada. “Quando fui secretariar a Sect, eu já tinha pós-doutorado, quase 30 anos de docência na Ufam e uma trajetória de pesquisa confortável e consolidada. Tinha acabado de fazer um pós-doc na Europa e já vinha articulada com instituições internacionais, como a Unesco, além de universidades francesas e norte-americanas”, recordou.

Segundo ela, esse capital científico também estava presente na equipe dirigente. “Minha secretária-executiva à época, Marli Guimarães, também tinha esse perfil. Ela é criadora do Centro de Tecnologia Eletrônica e de Informação (Ceteli) da Ufam”, destacou.

A criação dessa arquitetura institucional foi acompanhada de princípios claros: transparência, controle público, foco ambiental e indução de pesquisas demandadas pelos próprios pesquisadores da região.

Naquele início dos anos 2000, o Amazonas ainda respirava os ares de uma economia dependente apenas da Zona Franca de Manaus. A produção científica existia, mas era fragmentada, concentrada em poucas instituições e sustentada, em grande parte, por editais federais.

O ex-secretário da Secti, Odenildo Sena, recordou que faltava articulação local, planejamento de longo prazo e continuidade institucional. “Cada instituição fazia a sua parte ao seu modo, concorrendo aos editais nacionais sem articulação. A Secti veio para ser a grande articuladora do sistema e isso fez toda a diferença”, recordou Odenildo, hoje professor aposentado da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Naquele contexto, fazer ciência no Amazonas era, muitas vezes, um ato de resistência.

A Secti veio para ser a grande articuladora do sistema e isso fez toda a diferença

“

Com esse contexto positivo, a Sect pôde formular, executar e acompanhar as ações de fomento de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Tínhamos como função principal promover essas ações de integração entre sistemas estadual e nacional de ciência e tecnologia”

Marilene Corrêa, primeira secretária da então Sect



Cada instituição fazia a sua parte ao seu modo, concorrendo aos editais nacionais sem articulação. A Secti veio para ser a grande articuladora do sistema e isso fez toda a diferença”

Odenildo Sena, ex-secretário

Um sistema ainda por inventar

O cenário era desafiador. O Estado contava com pouco mais de 600 doutores, a maioria concentrada na capital. Apenas instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), a Embrapa Amazônia Ocidental e a Ufam conseguiam dialogar de forma mais consistente com o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Sem uma política estadual estruturada, a pesquisa avançava de maneira desigual, concentrada em poucas instituições e fortemente dependente de editais federais.

O quadro se agravava em um panorama nacional bastante concentrado: uma única região do País reunia cerca de 64% dos cursos de mestrado, mais de 80% dos cursos de doutorado, aproximadamente 71% dos docentes da pós-graduação e quase dois terços das bolsas concedidas por agências federais como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Para o Amazonas, isso significava disputar recursos em clara desvantagem e permanecer à margem das grandes agendas científicas.

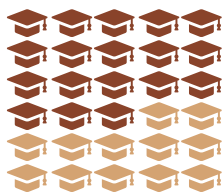
É nessa conjuntura que a criação da Sect se apresenta como resposta a um vazio institucional, com o objetivo de romper o isolamento, articular os pesquisadores locais e mapear capacidades existentes, inserindo o Estado de forma mais equilibrada no sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, tendo como eixo estratégico a desconcentração regional da produção científica.

A então Sect passou a incorporar formalmente a inovação em sua denominação e em suas atribuições a partir de 2007. A mudança foi estabelecida pela **Lei Delegada nº 80, de 18 de maio de 2007**, que atualizou a estrutura legal da pasta e oficializou a nomenclatura Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), definindo suas finalidades, competências e organização administrativa.

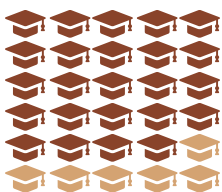
A partir dessa base inicial, a atuação da Secti assumiu uma abrangência inédita no Estado. A secretaria passou a manter um diálogo direto e permanente com pesquisadores e dirigentes das principais instituições

Panorama nacional

Uma única região do país reunia



64%
cursos de mestrado



80%
cursos de doutorado



Lei Delegada nº 80, de 18 de maio de 2007 — alteração para Secti



científicas do Amazonas, articulando agendas comuns e promovendo não apenas o intercâmbio institucional, mas também a cooperação efetiva em projetos de pesquisa.

Esse movimento permitiu ampliar a presença do Amazonas nas redes nacionais de pesquisa e fortalecer sua base científica, com a realização de um diagnóstico mais preciso sobre o que se pesquisava no estado, em quais áreas e com quais capacidades instaladas.

Marilene lembrou que essa articulação ganhou ainda mais densidade ao se conectar com a agenda de desenvolvimento regional. Além dos editais do CNPq, a política estadual de ciência e tecnologia passou a dialogar com órgãos como a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o Banco da Amazônia e fundações privadas de pesquisa e desenvolvimento, aproximando ciência, inovação e políticas produtivas.

A Secti também assumiu um papel ativo na promoção e no apoio a eventos científicos e tecnológicos, fundamentais para ampliar a visibilidade da pesquisa amazônica e integrá-la às redes nacionais.



Primeira sala onde funcionou a Fapeam, no prédio da antiga Sead. Foto: Acervo Olívia Simão



No ano de 2004, equipe técnica da Fapeam voltando do Seminário do JCA no interior. Foto: Acervo Olívia Simão



Assinatura com o Inpa - estavam sentados Elizabeth Brock (Deap/Fapeam), José Aldemir (diretor-presidente Fapeam) e Elza Hardi (Inpa). Em pé, Ana Lucia Mendes (Deac/Fapeam), Sidneia Amadio (Deac/Fapeam), Nidia Fabré (diretora-técnica da Fapeam). Foto: Acervo Olívia Simão



Fórum Nacional das SECTs e Fórum Nacional das FAPs, realizado em Manaus em 25 e 26 de setembro de 2003. Foto: Acervo Olívia Simão



Professor José Aldemir, ex-titular da Secti e da Fapeam, no Fórum Nacional dos Secretários. Foto: Arquivo

Uma política ampla, integrada e territorial

Desde sua criação, a secretaria organizou sua atuação a partir de um conjunto articulado de **nove programas estratégicos (veja quais são na página 43)** que orientaram a consolidação da política estadual de ciência, tecnologia e inovação. A gestão e a coordenação da política de CT&I, segundo informou Marilene, constituíram o núcleo dessa estratégia, acompanhadas por um esforço sistemático de cooperação internacional, especialmente com países de fronteira, voltado ao fortalecimento científico regional.

Ao mesmo tempo, a secretaria investiu no próprio fortalecimento institucional, preparando seus quadros para operar plataformas, editais e instrumentos de fomento de agências como CNPq, Capes, Finep e órgãos federais de desenvolvimento. Essa base permitiu alinhar a política estadual às ações federais de ciência e tecnologia para a inclusão social, integrando ciência e inovação a áreas como saúde, habitação e desenvolvimento urbano.

A política incluiu ainda programas específicos de difusão e popularização do conhecimento científico e tecnológico, além de ações voltadas à formação e capacitação para a pesquisa, que possibilitaram a implantação de sistemas de bolsas de mestrado e doutorado pela Fapeam e o apoio direto e indireto ao Polo Industrial de Manaus. “Ou seja, a Secti, na verdade, ela já nasceu com uma estratégia ampla.

Não eram só ações pulverizadas em secretarias, era uma política que integrava os objetivos, as áreas de competência de atuação e os programas”, apontou Marilene.

Após a definição dos eixos estratégicos, a política estadual começou a ganhar escala e transversalidade. Um exemplo foi a agenda de ciência e sustentabilidade, fortemente executada durante a gestão de Virgílio Viana à frente da Secretaria de Meio Ambiente, com editais específicos da Fapeam voltados a essas temáticas. Só no curso de Engenharia Florestal da Ufam, havia à época 17 pesquisadores atuando diretamente nessa área.

A capilaridade também se expressou na formação profissional e na inclusão social. Conforme dados fornecidos pela gestora, em 2007, o Cetam alcançou 37.424 pessoas, sendo 8.446 em cursos técnicos, 10.424 em cursos de qualificação, 17.954 em inclusão digital e 1.040 no programa Cetam na Empresa, voltado ao Polo Industrial de Manaus, um crescimento considerado vertiginoso sob a gestão de Vicente Nogueira.

Essa concepção integrada da política pública encontrou eco entre gestores e pesquisadores. “Antes cada instituição fazia a sua parte ao seu modo, concorrendo aos editais nacionais sem articulação. A Secti veio para ser a grande articuladora do sistema e isso fez toda a diferença”, recordou Odenildo Sena, ex-secretário e um dos responsáveis pela consolidação do modelo.



Em 2007
o Cetam alcançou

37.424
pessoas

8.446
em cursos técnicos

10.424
em cursos de
qualificação

17.954
em inclusão digital

1.040
no programa do
Cetam na Empresa

“

Trabalhávamos sem estrutura, mas com a convicção de que a ciência precisava sair dos gabinetes e chegar às escolas, às comunidades, aos rios”

Maria Olívia Simão, ex-diretora-presidente da Fapeam e uma das pioneiras do sistema

Nos bastidores da consolidação

Esse processo de consolidação também é lembrado por quem viveu, por dentro, os desafios da política pública de ciência e tecnologia no Amazonas. A bióloga e professora da Universidade Federal do Amazonas, Maria Olívia Simão, que atuou na Secti entre agosto de 2010 e janeiro de 2011, recordou que, apesar dos avanços institucionais, a secretaria operava com fortes restrições estruturais e orçamentárias, agravadas pela dimensão territorial do Estado. “Trabalhávamos sem estrutura, mas com a convicção de que a ciência precisava sair dos gabinetes e chegar às escolas, às comunidades, aos rios”, revelou.

Segundo Olívia, mesmo diante dessas limitações, a articulação internacional já estava bem encaminhada, com cooperações voltadas a estudos estratégicos sobre o bioma amazônico. Ela destacou que a conjuntura de criação do sistema foi favorecida pela atuação de lideranças acadêmicas comprometidas com o papel social da ciência, como Marilene Corrêa e José Aldemir de Oliveira, responsáveis por programas pioneiros como o Jovem Cientista Amazônida e o Ciência na Escola, referências na interiorização do conhecimento científico.

A professora também enfatizou o impacto do investimento do Estado do Amazonas e das políticas federais de desconcentração dos investimentos em ciência e tecnologia. “O Estado do Amazonas sai de 0% de financiamento à pesquisa para financiar, nos três primeiros anos de criação da Fapeam (2003 a 2005), algo como R\$ 53,2 milhões em formação de recursos humanos e fomento à pesquisa”, lembrou.



Maria Olívia Simão, bióloga e professora da Ufam, integrou a gestão da Secti e destaca os desafios estruturais e orçamentários enfrentados pela secretaria

Embora destaque que sua passagem pela Secti tenha sido breve e em posição coadjuvante, voltada à reestruturação das equipes e à elaboração de um plano de ação, Olívia explicou que sua atuação foi mais efetiva na Fapeam, onde atuou desde sua implantação em 2003. “A Fapeam e a Secti trabalhavam muito juntas. Éramos poucos e tínhamos que fazer muito para estruturar o sistema e garantir sua continuidade”, relatou ela que se tornaria, anos depois, a primeira mulher a presidir a Fapeam, entre 2011 e 2015.

Ao refletir sobre sua trajetória, também destacou o significado da presença feminina na gestão estratégica de CT&I, em um ambiente majoritariamente masculino. “No cenário nacional éramos poucas, Dra. Marilene era uma das poucas mulheres à frente de secretarias e presidentes de FAPs. No coletivo, a capacidade feminina em organizar e tratar as agendas com leveza e inovação, trazendo à pauta visões, con-

trapontos e argumentos trouxeram frescor e inovações em várias ações, sempre de forma muito comprometida com a capacidade de transformação social da ciência”.

Essa leitura dialoga com a experiência do professor e atual pró-reitor de Inovação da Ufam, Dalton Vilela, que atuou na Secti entre 2010 e 2013 como secretário adjunto e secretário-executivo. Segundo ele, embora a Fapeam já estivesse consolidada, a Secti ainda enfrentava dificuldades para se afirmar institucionalmente, sobretudo na aproximação com o setor produtivo. Fóruns científicos reuniam forte participação acadêmica, mas os espaços voltados à inovação tinham baixa adesão empresarial, o que limitava a execução de editais. “A dedicação das pessoas para a realização das ações e o excelente quadro de pessoal também foram marcantes. A Secti, com um quadro de pessoal relativamente pequeno conseguia fazer muito mais do que a média de outros estados. A equipe era muito motivada e dedicada, o que viabilizava as iniciativas realizadas”.



Dalton Vilela, pró-reitor de Inovação da Ufam, participou da gestão da Secti e atuou no fortalecimento da inovação

Dalton destacou o esforço da Secti em dialogar com universidades e institutos de pesquisa, por meio do fórum de ciência, e citou parcerias internacionais relevantes, como a viabilização das torres do *Amazonian Tall Tower Observatory*, em cooperação com a UEA e o Inpa. Para ele, a Fapeam foi central na consolidação da política científica e na interiorização das ações.

“O fortalecimento da divulgação científica e o esforço para que esta divulgação chegasse mais no dia a dia das pessoas também foi marcante. A equipe de comunicação da Secti em conjunto com a equipe da Fapeam era muito forte e a penetração das informações crescentes, o que certamente motivou muitas pessoas a seguirem uma carreira na área de CT&I”. Apesar de considerar uma perda institucional a transformação da Secti em secretaria executiva, reconhece que o sistema evoluiu e se tornou mais diverso e estruturado.

Arquitetura institucional e marcos

Os resultados iniciais da política estadual de ciência, tecnologia e inovação foram rápidos e consistentes. “Houve um salto notável nos investimentos em pesquisa e inovação, colocando o Amazonas em destaque nacional na área, mesmo não sendo o estado com o maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil na época”, disse Marilene, que esteve à frente da Secretaria entre 2003 e 2006.

Nesse ambiente, consolidou-se a arquitetura institucional do sistema estadual de CT&I. A Fapeam se firmou como pilar estruturante, sob a coordenação da então Sect, assumindo a gestão de recursos, programas de fomento, bolsas e investimentos em infraestrutura científica. A partir de 2003, além de diagnosticar a demanda reprimida por bolsas, a Fundação passou a financiar de forma sistemática a pós-graduação no estado, tornando-se o principal agente de fomento a estudantes de mestrado e doutorado vinculados a programas locais. “Então isso gerou um impacto enorme que era a promoção da pesquisa do desenvol-

Houve um salto notável nos investimentos em pesquisa e inovação, colocando o Amazonas em destaque nacional na área



vimento científico tecnológico, na melhoria da infraestrutura da pesquisa”, comemorou Marilene.

Esse modelo se fortaleceu nos anos seguintes. Entre 2007 e 2010, período em que Odenildo esteve à frente da diretoria-presidência da Fapeam, a Fundação ampliou significativamente o apoio à formação de recursos humanos e à infraestrutura de pesquisa, consolidando-se como a principal executora da política de fomento no Amazonas. Editais específicos permitiram a recuperação e ampliação de laboratórios do Inpa, da Embrapa, da Fundação de Medicina Tropical do Amazonas (FMTAM), da Fundação Hemoam, da Ufam e da UEA, além da criação de novos ambientes científicos, garantindo condições mínimas para o avanço da pesquisa local.

Nas gestões de **Odenildo**, à frente da Fapeam (2005-2010) e Secti (2011 a 2014), o Estado teve protagonismo nacional com a presidência do Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) e do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), ampliando a interlocução com agências federais e contribuindo para a agenda que resultou no novo marco legal da CT&I. “Sem a ciência não há solução para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”, defendeu.

A consolidação do sistema ganhou densidade com a aprovação da Política Estadual de Inovação, em 2006, e com a criação, em 2011, do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Conecti), concebido para articular governo, instituições científicas e sociedade civil. Produções acadêmicas recentes ajudam a compreender por que esse arranjo institucional conseguiu manter continuidade mesmo diante de sucessivas mudanças administrativas.

Em sua **dissertação de mestrado**, o pesquisador Leonardo Silva destacou que o Amazonas foi pioneiro ao criar um ambiente jurídico e institucional favorável à inovação, permitindo avanços consistentes na pesquisa aplicada, na formação de recursos humanos e na auto-

Dissertação de mestrado:

Título da dissertação: “Contribuições para atualização do arcabouço legal estadual de ciência, tecnologia e inovação, com enfoque no estado do Amazonas”, apresentada ao Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação da Ufam.

nomia tecnológica local. Coube à secretaria a formulação e coordenação das políticas públicas de CT&I, enquanto a execução e o fomento ficaram a cargo de estruturas especializadas, como a Fapeam.

Ao analisar a implementação de um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) no Cetam, o pesquisador Glauco Barros recua ao contexto de criação do sistema e observa que, já em 2003, o Amazonas ensaiava um modelo integrado e pioneiro. Para ele, esse desenho institucional foi decisivo, ainda que tenha passado por reconfigurações ao longo da última década.

Outro marco relevante, lembrado pela professora Marilene, foi a política de formação que ganhou escala com o Programa de Formação de Professores (Pro-formar), responsável por diplomar cerca de 15 mil docentes em licenciaturas pela Universidade do Estado do Amazonas, ao mesmo tempo em que se ampliavam a graduação e a pós-graduação na UEA. Paralelamente, as ações de CT&I foram interiorizadas, alcançando os 62 municípios por meio da atuação articulada de instituições como Ufam, UEA, Inpa e Embrapa.

No campo da inovação e do desenvolvimento regional, a criação da Rede Norte de Biotecnologia consolidou a biotecnologia como eixo estratégico para a Amazônia, articulando projetos apoiados pelo CNPq e programas de pesquisa tecnológica com foco na sustentabilidade. Esse movimento foi acompanhado por esforços de aproximação entre ciência e ambiente produtivo, ampliando o diálogo entre pesquisadores e setores econômicos.

Já a inserção do Amazonas nos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) representou um divisor de águas para a pesquisa científica no Estado. Embora o edital do Milênio, em 2000, não tenha contemplado instituições da região, entre 2003 e 2008 o Amazonas passou a sediar laboratórios de referência vinculados aos novos INCTs, inicialmente no Inpa, na UEA e na Ufam. Ao todo, foram aprovados cinco institutos na região Norte,

Programa de formação de professores

diplomou cerca de

15 mil

docentes em licenciaturas pela Universidade do Estado do Amazonas

62

municípios alcançados

três deles no Amazonas, número que posteriormente foi ampliado para seis e, depois, para oito.

Esses laboratórios se tornaram referências nacionais em seus respectivos campos do conhecimento, articulando redes próprias de pesquisa e fortalecendo de forma significativa a autonomia científica e a capacitação da pesquisa no Estado. As lideranças científicas passaram a congregiar grupos e instituições em torno de agendas comuns, elevando o patamar da produção científica local, segundo lembrou Marilene.

Esse percurso foi impulsionado também por uma articulação política decisiva. À época, segundo Odenildo, o Amazonas havia ficado de fora das primeiras chamadas nacionais. "Fui a Brasília com uma proposta de contrapartida e voltamos com as portas abertas. Inpa, Ufam e UEA, numa parceria Fapeam-CNPq, tiveram projetos aprovados com valores altíssimos", relatou. A combinação entre estratégia institucional e articulação federativa permitiu ao Estado superar o isolamento histórico e se inserir de forma estruturada nas principais redes nacionais de ciência e tecnologia.

No campo da popularização da ciência, ele destacou a criação da Agência Fapeam de Notícias, da revista Amazonas Faz Ciência, do Programa Ciência na Escola e do Prêmio Fapeam de Jornalismo Científico: "Nunca se falou tanto em ciência no Amazonas".

Para o professor Dalton Vilela, que atuou na secretaria entre 2010 e 2013, programas de apoio à inovação empresarial, como os editais que mais tarde dariam origem a iniciativas como Centelha e Tecnova, a interação com outras secretarias e com a Assembleia Legislativa, além dos Centros de Vocação Tecnológica (CVTs), foram decisivos para fortalecer o sistema e o desenvolvimento regional.

"Nunca se falou tanto em ciência no Amazonas"



Maria Olívia Simão, por sua vez, destacou como momento estruturante a criação do Fórum Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (Fecti), instituído pela **Lei nº 292, de 25 de novembro de 2015**. Para ela, o fórum consolidou a articulação entre dirigentes institucionais e o direcionamento de ações estratégicas, como redes genômicas e de biotérios, dando continuidade a instâncias de coordenação iniciadas anos antes no estado.

Reconhecimento nacional

Em 2006, apenas três anos após a implantação da política estadual de ciência e tecnologia, a experiência do Amazonas ganhou projeção nacional. **A revista Pesquisa Fapesp** destacou Marilene Corrêa como a primeira mulher a dirigir a área de ciência e tecnologia no estado, um reconhecimento que, para ela, ultrapassava a dimensão pessoal.

“Foi uma surpresa para nós aqui esse destaque todo na revista Pesquisa Fapesp, em dezembro de 2006. Já dava para ter um quadro da repercussão do que estava sendo feito no Amazonas no Brasil inteiro. Não só por causa da origem da gestora, que no caso era eu, formada pela Unicamp, mas pelo alcance que a política já tinha naquele momento”, avaliou.



Lei nº 292, de 25 de novembro de 2015 – cria o Fórum Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Fecti)



Aponte sua câmera e confira a Revista Pesquisa Fapesp com a matéria referente à profa. Marilene Corrêa



À época, Marilene já integrava o Fórum Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia, chegando à vice-presidência do colegiado (presidido então por Ricardo Lucchesi), em um momento de forte articulação política do setor. Esse protagonismo permitiu ao Amazonas sediar um encontro regional de ciência e tecnologia com a presença do ministro da área, fortalecendo o diálogo entre governo federal, estado e instituições locais.

“Houve uma conjunção rara: apoio federal, apoio estadual e apoio local. Eu vinha da Ufam, tinha trajetória acadêmica consolidada e interlocução internacional. É preciso dar a César o que é de César”, resumiu. Para Marilene, aquela conjuntura favorável foi decisiva para que uma política científica ainda jovem alcançasse visibilidade nacional e se afirmasse como referência fora do eixo tradicional da produção científica brasileira.

Avanços, perdas e amadurecimento

Mais de duas décadas depois, a trajetória da política científica no Amazonas revela que ciência não nasce do acaso, mas de contexto político, articulação institucional e escolhas estratégicas. À época, lembra Marilene Corrêa, "era um contexto muito favorável", que permitiu ao Estado criar uma política científica que simplesmente não existia e romper o isolamento histórico da produção de conhecimento na região.

O desafio lançado naquele momento - reduzir desigualdades regionais e inserir o Amazonas no sistema nacional de ciência e

tecnologia - orientou uma política que apostou na articulação federativa e na construção de um sistema próprio. "A política de fortalecimento desse sistema estadual de ciência e tecnologia já nasceu forte com apoio federal e com apoio estadual", resumiu Marilene.

Essa visão foi também compartilhada por Odenildo Sena, que identifica na criação do sistema público estadual um legado irreversível. "O desenvolvimento da ciência no Amazonas, depois da criação do Sistema Público Estadual de CT&I, aí incluídas a Secti, a Fapeam e a UEA, tem um marco histórico assegurado", resumiu. Para ele, o caminho à frente é contínuo e inegociável: "Ou se priorizam investimentos em CT&I



*É preciso dedicação,
resiliência e a
consciência de que os
resultados, mesmo
demorando, chegam*

No homem amazônida que encara o rio e a floresta, habita a ciência feita de resistência e confiança no tempo dos resultados

ou não se pode falar em desenvolvimento regional sustentável. E quando falo em investimentos em CT&I, estou falando, sobretudo, em investimentos em gente". Ao relembrar sua passagem pela secretaria, destaca o caráter coletivo da construção: "Foi uma extraordinária experiência de vida, com o sentimento de que conseguimos fixar alguns tijolinhos. E isso só foi possível como trabalho coletivo".

Na mesma direção, o professor Dalton ressaltou que atuar na política científica é um projeto de futuro. "Vale a pena investir e atuar em CT&I. O desenvolvimento socioeconômico depende do desenvolvimento científico e de sua concretização em produtos por meio da inovação", afirmou. Para as novas gerações, deixa um recado direto: "Trabalhar na Secti e no sistema científico do Estado é construir um caminho com mais inclusão, sustentabilidade, desenvolvimento e humanidade. É preciso dedicação, resiliência e a consciência de que os resultados, mesmo demorando, chegam".

Já a professora Maria Olívia enfatizou que a sustentabilidade do sistema passa pela capacidade de dialogar com a sociedade. "É fundamental investir na divulgação das ações de CT&I para que diferentes segmentos compreendam sua importância estratégica", defendeu. Para ela, quando a sociedade reconhece os impactos da ciência na melhoria dos serviços, na formação de jovens talentos e na transformação de trajetórias, passa também a defender essa agenda. "Os resultados da ciência são de médio e longo prazo. Por isso, precisamos seguir firmes, investindo e falando incan-

savelmente da sua importância".

No fim, a história da política científica no Amazonas não se encerra em marcos legais nem em estruturas administrativas. É a história de um Estado do tamanho de um continente que decidiu apostar no conhecimento como estratégia de futuro. No meio da floresta, nasceu um sistema que ousou pensar o amanhã, construído a partir de escolhas, disputas e persistência e que segue em curso, ainda hoje, escrevendo a própria história, como a própria Amazônia: viva, complexa e em permanente transformação.

Reconfigurações institucionais da CT&I no Amazonas

Em meados da década de 2010, mudanças na estrutura administrativa do Governo do Amazonas impactaram diretamente essa configuração. Em 2015, por meio da **Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015,**



Lei 4.163, de 9 de março de 2015 – dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo e define os órgãos e entidades que o integram



uma reforma administrativa promoveu a extinção da Secti como secretaria independente, incorporando suas atribuições à Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Seplancti). O movimento busca-

va racionalizar estruturas governamentais e reintegrar a política científica à agenda mais ampla de planejamento e desenvolvimento econômico do estado.

Esse episódio foi amplamente debatido na sociedade local. Artigos de opinião, análises acadêmicas e manifestações de pesquisadores expressaram preocupação de que a perda de uma secretaria dedicada exclusivamente à CT&I pudesse enfraquecer uma política construída ao longo de mais de uma década. Especialistas alertavam para o risco de diluição da agenda científica em meio às demandas mais amplas do planejamento governamental, defendendo a manutenção de foco estratégico e expertise técnica específica.

Quatro anos depois, em 2019, o governo estadual promoveu nova reconfiguração institucional com a criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), uma pasta mais ampla que

integra CT&I com agenda de desenvolvimento socioeconômico e inovação. A nova pasta passou a integrar desenvolvimento econômico, ciência, tecnologia e inovação em um único órgão, mas em um desenho distinto daquele da antiga Seplancti. A proposta foi articular a CT&I de forma mais direta com políticas de competitividade, inovação produtiva e diversificação econômica, sem prescindir de uma estrutura técnica dedicada.

Nesse novo arranjo, a Secti foi recriada como Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação, vinculada à Sedecti. A secretaria executiva manteve funções centrais, como a formulação, a orientação e a coordenação das estratégias estaduais de CT&I, além da articulação com instituições como a Fapeam e da coordenação de iniciativas estruturantes, a exemplo do Núcleo de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (Niffam).

2019

A secretaria executiva manteve suas principais funções



formulação



orientação



coordenação

das estratégias estaduais de CT&I

Desde então, a política de ciência, tecnologia e inovação no Amazonas passou a ser tratada de forma cada vez mais integrada a outras agendas estratégicas, como desenvolvimento regional, bioeconomia e inovação empresarial. **A reativação do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Conecti)** ampliou o diálogo entre governo, academia e setor produtivo, enquanto iniciativas como a concepção de um parque tecnológico reforçaram a aposta na inovação como vetor de diversificação econômica.

No cenário atual, entre 2025 e 2026, a Sedecti segue acumulando funções que vão além da CT&I, incluindo planejamento socioeconômico, atração de investimentos e governança integrada da inovação. A trajetória institucional da Secti, da autonomia plena à extinção e posterior reconfiguração como secretaria executiva, revela um

i **Lei nº 3.598**, de 3 de maio de 2011 — institui o Conecti



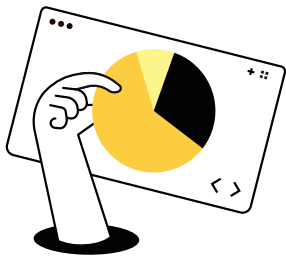
Lei nº 5.605, de 16 de setembro de 2021 — altera a lei que institui o Conecti



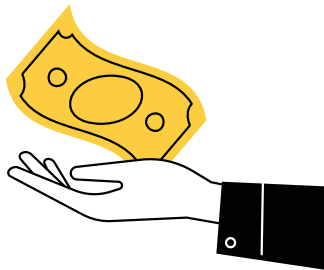
processo contínuo de ajustes administrativos e também a permanência de uma diretriz estratégica: utilizar a ciência, a tecnologia e a inovação como instrumentos centrais para o desenvolvimento sustentável do Amazonas.

2025 e 2026

Funções que vão além do CT&I



planejamento socioeconômico



atração de investimento



governança integrada

RECONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS DA CT&I NO AMAZONAS

2003

CRIAÇÃO DA SECT

Lei nº 2.783
(31/01/2003)

! O QUE MUDOU:

Criação da Secretaria de Estado
de Ciência e Tecnologia
Ciência passa a ser política
pública estruturante

► O QUE REPRESENTOU:

Autonomia institucional da CT&I
Início do Sistema Público
Estadual de CT&I

2007

SECT PASSA A SECTI

Lei Delegada nº 80
(18/05/2007)

! O QUE MUDOU:

Inclusão formal da inovação
na política estadual

► O QUE REPRESENTOU:

Ampliação do escopo da
secretaria
Alinhamento com a agenda
nacional de inovação

2015

EXTINÇÃO DA SECTI

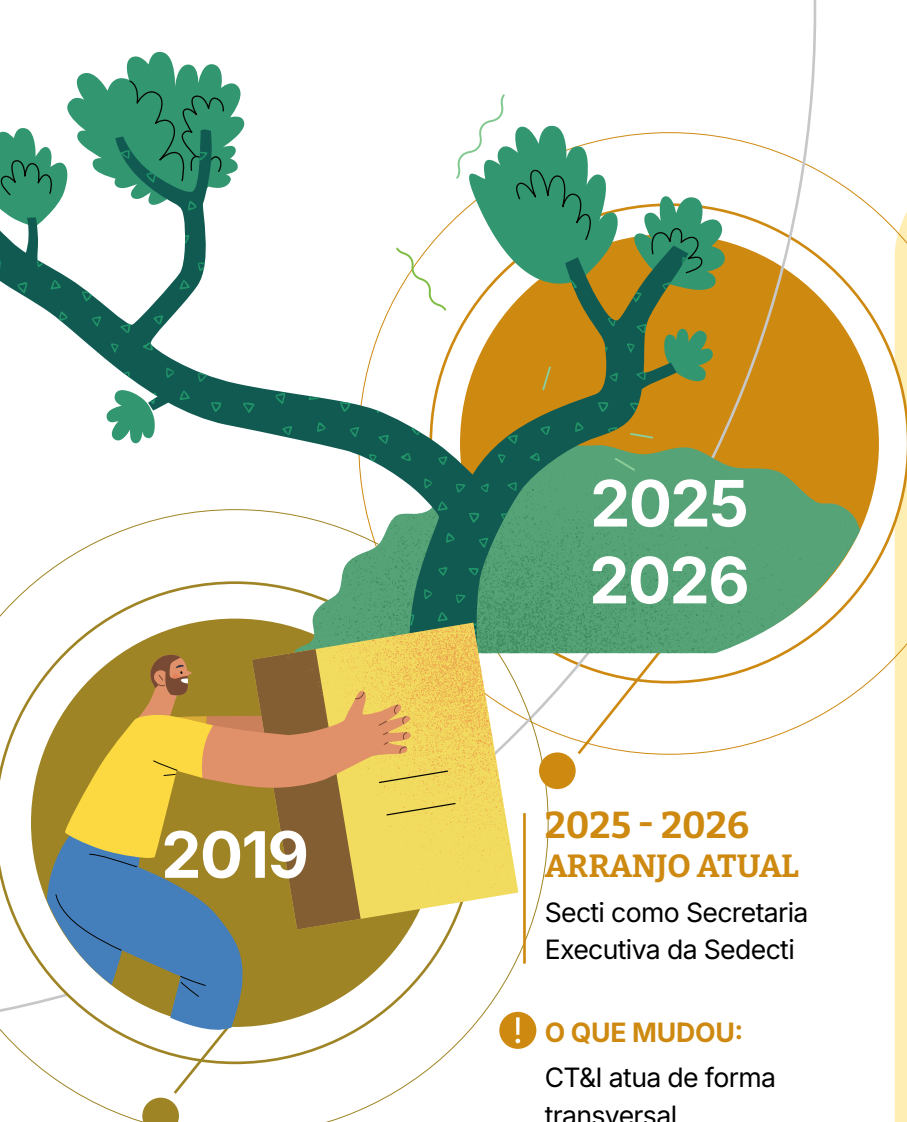
Lei nº 4.163
(09/03/2015)

! O QUE MUDOU:

Secti deixa de ser secretaria independente
Incorporação à Seplancti

► O QUE REPRESENTOU:

Perda de autonomia da CT&I
Risco de diluição da agenda científica
Forte reação da comunidade acadêmica



2019

CRIAÇÃO DA SEDECTI

Reforma administrativa estadual (2019)

! O QUE MUDOU:

Criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

CT&I integrada ao desenvolvimento econômico

▶ O QUE REPRESENTOU:

Nova lógica de integração com competitividade e inovação produtiva

Retomada de espaço institucional para CT&I, ainda que sem status de secretaria exclusiva

2025
2026

2025 - 2026 ARRANJO ATUAL

Secti como Secretaria Executiva da Sedecti

! O QUE MUDOU:

CT&I atua de forma transversal

Integração com bioeconomia, inovação empresarial e planejamento

▶ O QUE REPRESENTOU:

Sistema mais maduro e integrado

Debate permanente entre autonomia técnica e integração governamental

9 programas

estratégicos que consolidaram a política de CT&I no Amazonas

- ▶ **1. Gestão da política de CT&I**
Formulação, coordenação e monitoramento da política estadual de ciência e tecnologia
- ▶ **2. Cooperação internacional**
Parcerias técnico-científicas, com foco em países de fronteira e redes internacionais de pesquisa
- ▶ **3. Capacitação técnica da Secti**
Formação de equipes para operar editais e instrumentos de fomento nacionais e regionais
- ▶ **4. CT&I para a Inclusão Social**
Integração da ciência com políticas públicas em saúde, habitação, educação e cidades
- ▶ **5. Desenvolvimento regional e biotecnologia**
Fortalecimento científico regional e criação da Rede Norte de Biotecnologia
- ▶ **6. Desenvolvimento científico integrado**
Articulação entre pesquisa aplicada e demandas estratégicas do Estado
- ▶ **7. Difusão e popularização da ciência**
Ampliação do acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico
- ▶ **8. Formação para a pesquisa**
Implantação de bolsas de mestrado e doutorado e apoio ao Polo Industrial de Manaus
- ▶ **9. Educação científica**
Integração entre ciência, educação básica e formação de novos pesquisadores

GALERIA DE SECRETÁRIOS DA CT&I NO AMAZONAS (2003–Atual)

José Jorge do Nascimento
2017 • 2017

Marcílio de Freitas
2009 • 2010

Ana Alcídia Moraes
2014 • 2015

Marilene Corrêa
2003 • 2007

José Aldemir
(*in memoriam*)
2007 • 2009

Odenildo Sena
2010 • 2014

Thomaz Nogueira
2015 • 2017

A Galeria de Secretários da Secti é uma homenagem àqueles que, ao longo dos anos, dedicaram sua trajetória, conhecimento e compromisso ao fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento do Amazonas. Cada gestão aqui representada reflete um período de desafios, conquistas e avanços institucionais, marcados



Jório de Albuquerque
2019 • 2022

Marco Antônio Villela
2023 • 2023

Serafim Corrêa
2023 • Atual

João Orestes Schneider
2018 • 2018

Angelus Cruz Figueira
2022 • 2022

Pauderney Avelino
2023 • 2023

pela visão estratégica e pelo empenho de pessoas que ajudaram a consolidar políticas públicas essenciais para o progresso científico e tecnológico do Estado. Esta galeria, composta por registros fotográficos, preserva a memória institucional da Secti e reconhece o legado de liderança, serviço público e dedicação deixado por seus secretários à sociedade amazonense.

Linha do tempo histórica

200


Ao longo de mais de duas décadas, a política de ciência, tecnologia e inovação do Amazonas passou por ciclos de criação, expansão, reconfiguração e retomada. A linha do tempo a seguir reúne os principais marcos legais, institucionais e estratégicos que moldaram esse percurso, evidenciando como a ciência se consolidou como política pública e vetor de desenvolvimento no Estado.

CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO (2003–2006)

2003

Lei 2.783

Criação da Sect e do Sistema Estadual de CT&I

 **Marco:** ciência torna-se política estruturante


2004 • 2005

Estruturação do sistema e primeiros programas

Criação do Programa Ciência na Escola

1ª chamada CNPq-Amazonas

Parcerias com Capes e Finep

 **Marco:** base institucional e indução à pesquisa

2006

Lei 3.095

Lei de Inovação

Rede Norte de Biotecnologia

Programa Jovem Cientista Amazônica

 **Marco:** projeção nacional

EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO (2007–2014)

2007

**Lei Delegada nº 80
(18/05/2007)**

Sect torna-se Secti

Inovação incorporada oficialmente

Marco: ampliação institucional

2007–2010

Interiorização da pesquisa.

Ampliação da pós-graduação

Investimentos em laboratórios e INCTs

Marco: consolidação científica regional

2011

**Lei 3.598
(03/05/2011)**

Criação do Conecti

Marco: governança institucional

2012 • 2014

Fórum de Gestores

Fortalecimento da Fapeam

Atuação em redes nacionais

2014: fim do ciclo de expansão

2015 2018 2019

RECONFIGURAÇÃO E TRANSIÇÃO (2015-2018)

REARRANJO E RETOMADA

2015

Lei 4.163
(09/03/2015)

Extinção da Secti
autônoma

Criação da Seplancti

Marco: perda de
autonomia da CT&I

2016 • 2018

CT&I integrada ao
planejamento estadual

Marco: diluição
institucional da agenda
científica

2019

Criação da Sedecti
Secti recriada como
Secretaria Executiva

Marco: integração
ao desenvolvimento
econômico

2025

A ESTRATÉGICA (2019–2025)

• 2021 • 2022

Lei 5.605
(16/09/2021)

Decreto 45.513/2022 -
Regulamenta o Conecti
como órgão colegiado
da Sedecti

Atualização e
regulamentação do
Conecti

📄 **Marco:** reorganização
institucional

• 2024

Lei 3.095

Reativação do Conecti em
09/07/2024

Grupo para atualizar o
Marco Legal da Inovação

📄 **Marco:** retomada
estratégica

• 2025

Plano de Bioeconomia
e Política de Transição
Energética, lançado em
11/11/2025 na COP30

📄 **Marco:** CT&I como eixo
do desenvolvimento
sustentável



Podcast: aponte sua câmera e confira a matéria A Amazônia como laboratório vivo de inovação social em nosso episódio 6



Diretor da EST/UEA, Jucimar Maia Jr., coordena projeto de inovação social voltado ao desenvolvimento de jogos eletrônicos em Manaus

A Amazônia como laboratório vivo de inovação social

Da formação em jogos eletrônicos à adaptação climática, projetos financiados pelo Governo do Estado revelam novos caminhos para o Amazonas.

Jornalista Cristiane Barbosa

Fotos: Michell Mello

Você já jogou algum jogo digital e imaginou que aquela experiência pudesse estar conectada a uma política pública de desenvolvimento social? Ou pensou que pesquisas sobre emergências climáticas poderiam influenciar decisões governamentais e salvar comunidades inteiras de eventos extremos? Na Amazônia, essas duas realidades, à primeira vista distantes, convergem em um movimento de inovação social aplicado ao território.

A partir dessa convergência, a inovação social tem ganhado forma tanto na criação de novos mercados tecnológicos quanto na produção de conhecimento científico voltado à adaptação climática e à formulação de políticas públicas.

“

Ao oferecer capacitação gratuita em tecnologia no Amazonas, estamos criando empregabilidade e preparando jovens para as profissões do futuro”.

Jucimar Maia da Silva Junior,
Diretor da Escola Superior de
Tecnologia (EST/UEA)

Hoje, cerca de
95%
das startups
locais têm o DNA
da EST (Escola
Superior de
Tecnologia)



De um lado, projetos ligados ao setor de jogos eletrônicos vêm atraindo jovens para a tecnologia, formando profissionais e estimulando o surgimento de startups. De outro, pesquisas acadêmicas analisam como eventos climáticos extremos impactam a população e de que maneira o Amazonas pode se antecipar e responder a essas emergências de forma mais eficaz.

Essas iniciativas são fruto de uma política pública articulada pelo Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) com articulação da Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia e Inovação (Secti), que aposta na ciência como instrumento de transformação social. Com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), universidades públicas e institutos têm ampliado o alcance de seus projetos para além da produção acadêmica, conectando pesquisa, formação e impacto social.

Na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), essa estratégia se traduz na consolidação de um novo ecossistema tecnológico. De acordo com o diretor da Escola Superior de Tecnologia (EST/UEA), Jucimar Maia da Silva Junior, o trabalho com jogos eletrônicos se tornou uma das principais portas de entrada para a computação e a inovação. "Hoje, cerca de 95% das startups locais de games têm o DNA da EST, seja pela formação dos fundadores, seja pela relação direta com laboratórios e projetos de pesquisa, como o Ludus Lab, que conecta estudantes, pesquisadores e a comunidade externa".

Ao mesmo tempo, na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), projetos financiados pela Fapeam investigam desafios estruturais do Estado. Um exemplo é a pesquisa 'Emergências Climáticas e Políticas Públicas para Adaptação no Estado do Amazonas', coordenada pelo professor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/Ufam), Israel de Jesus Rocha, que análi-

sa como dados científicos podem subsidiar decisões governamentais diante do aumento de cheias, secas extremas e outros eventos climáticos que já afetam populações urbanas e ribeirinhas.

Essas experiências locais dialogam com uma tendência global. A inovação social, entendida como a aplicação intencional do conhecimento para enfrentar problemas sociais complexos, tornou-se um setor econômico relevante.

Estimativas internacionais indicam que a economia da inovação social reúne milhões de empresas e emprega cerca de 200 milhões de pessoas no mundo, movimentando um setor que alcança a casa dos trilhões de dólares. Entidades como a *Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)* e o *World Economic Forum (WEF)* destacam que impacto social, escala e mensuração de resultados são hoje eixos centrais das políticas de inovação.

Na região amazônica, essa agenda assume um sentido ainda mais urgente. Inovar socialmente é transformar ciência, tecnologia e educação em respostas concretas aos desafios do território.

É a partir dessa perspectiva que os projetos desenvolvidos pelos professores Jucimar, da UEA, e Israel, da Ufam, ganham centralidade nesta reportagem, revelando como a política de ciência, tecnologia e inovação vem se traduzindo, no Amazonas, em formação de jovens para o mercado de jogos eletrônicos e em políticas públicas mais preparadas para enfrentar as emergências climáticas. Acompanhe a seguir.

Inovar socialmente é transformar ciência, tecnologia e educação em respostas concretas



Inovação social emprega cerca de

200 Milhões
de pessoas no mundo



Jogos eletrônicos como porta de entrada para a inovação social

Na visão do professor e cientista da computação Jucimar, falar em inovação social no contexto amazônico significou abandonar abstrações e lidar diretamente com a realidade do território. Para ele, a inovação só faz sentido quando se traduz em respostas concretas aos desafios estruturais da região. “Estamos falando de usar ciência, tecnologia e educação para gerar oportunidades e fortalecer a região. Na EST/UEA, essa visão se materializa por meio do nosso protagonismo no ambiente de Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas”, declarou.

Essa perspectiva tem orientado a atuação da EST/UEA, que estruturou uma rede de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, ambientes de formação e laboratórios voltados à aproximação entre universidade e sociedade. Segundo Jucimar, esses espaços conectam estudantes, pesquisadores e a comunidade externa em torno de soluções alinhadas às demandas do mercado e às necessidades locais. O trabalho com jogos eletrônicos se tornou um dos exemplos mais expressivos dessa estratégia, por ser hoje a área que mais atrai jovens para a computação e a tecnologia.

Desse modo, o Arkade, desenvolvido no Ludus Lab, consolidou-se como um dos principais projetos de inovação social da UEA. Voltado à formação de capital humano em jogos eletrônicos, setor em expansão e conectado à inteligência artificial, programação e economia criativa, o programa foi concebido como uma ação aberta, com cursos livres para a comuni-

dade acadêmica e o público externo, e já capacitou mais de 300 pessoas.

De acordo com Jucimar, o projeto enfrentou um problema social central: a falta de acesso à formação de qualidade em áreas tecnológicas de alto valor. “Ao oferecer esse tipo de capacitação gratuita no Amazonas, estamos criando empregabilidade, ampliando horizontes e preparando jovens e adultos para as chamadas profissões do futuro, dentro e fora do setor de games”, informou.

A construção desses projetos, segundo o pesquisador, partiu do diálogo permanente com a sociedade, a partir da abertura dos laboratórios da Universidade para escolas públicas e instituições parceiras. “Isso cria um ciclo virtuoso: aproximamos quem está fora, despertamos interesse, formamos talentos e fortalecemos a presença da EST/UEA como um agente de transformação social”, afirmou.

Estamos falando de ciência, tecnologia e educação para gerar oportunidades e fortalecer a região

Os impactos já são visíveis. Jucimar destacou a formação de pessoas e a consolidação de um novo mercado de tecnologia no estado, além do alcance do projeto Academia STEM, que capacitou mais de 4,5 mil estudantes de escolas públicas entre 2020 e 2025. “Esses projetos ampliam o acesso de pessoas que dificilmente teriam contato com esse tipo de formação de alto nível, promovendo inclusão social por meio da educação tecnológica”, assegurou.

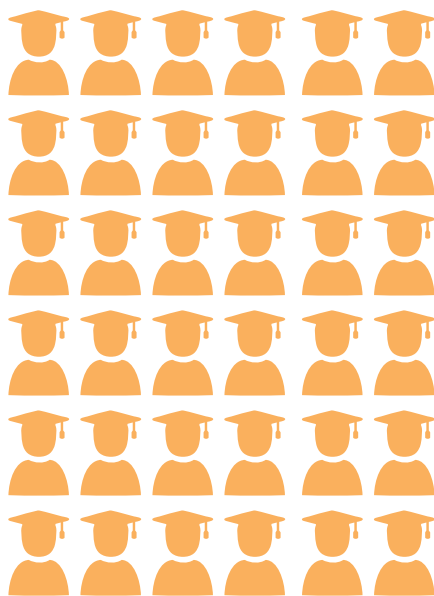
Assim, o Ludus Lab cumpriu o papel de aproximar o conhecimento acadêmico de sua aplicação prática. “Na prática, isso significa usar a ciência e a tecnologia para criar oportunidades reais para os amazonenses, o que é, no fim das contas, o verdadeiro sentido da inovação social na Amazônia”.



No Ludus Lab da EST/UEA, estudantes aprendem e criam em um ambiente que transforma jogos e tecnologia em inclusão e desenvolvimento regional

le usar
e educação
idades e

O projeto Academia STEM capacitou + de 4,5 mil estudantes



Alunos em formação no Ludus Lab, na EST/UEA, vivenciam na prática o projeto de inovação social que conecta tecnologia e oportunidades na Amazônia



Professor da Ufam, Israel Rocha, mapeou ações do governo estadual, de secretarias e de iniciativas municipais voltadas para as mudanças climáticas



A emergência climática se tornou um problema público e a gente não pode mais negar a sua presença no mundo”.

Israel Rocha, professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/UFAM)

Mudanças climáticas como agenda pública e inovação social

Para o cientista social e comunicólogo, Israel Rocha, falar em inovação social significou ampliar o próprio conceito de inovação, historicamente associado apenas a produtos tecnológicos de ponta. Em sua análise, a inovação social também emergiu de mudanças nas formas de agir, produzir e organizar a vida cotidiana, permitindo o desenvolvimento local de pessoas, cidades e regiões. “A inovação precisa ir muito além da inovação que a gente está acostumado a ver”, declarou o pesquisador, que coordena o Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC) da Ufam.

Em um território como a Amazônia, essa perspectiva assumiu caráter estratégico ao valorizar soluções construídas a partir de contextos locais, comunidades ribeirinhas e populações tradicionais. Essa abordagem orientou o projeto “Emergências climáticas e políticas públicas para adaptação no Estado do Amazonas”, desenvolvido a partir do Edital Humanitas CT&I, com financiamento da Fapeam.

Israel explicou que a pesquisa partiu da compreensão de que as mudanças climáticas precisavam ser tratadas como um problema social e político, capaz de orientar políticas públicas e práticas locais. Segundo ele, o projeto funcionou como um piloto para

“A inovação precisa ir muito além da inovação que a gente está acostumado a ver”



*“A gente
não pode
mais deixar
de pensar
na questão
climática”*

A crise climática já atravessa o cotidiano de quem vive na Amazônia e exige novas decisões para proteger vidas e territórios





analisar como o tema passou a influenciar decisões governamentais no estado, a partir da observação de ações do poder público, iniciativas de mitigação e adaptação e do papel do financiamento nessa agenda. “A gente não pode mais deixar de pensar na questão climática”, afirmou.

Embora o projeto não tenha resultado em um produto tecnológico específico, o cientista revelou que ele produziu algo igualmente estratégico: visibilidade. Ao mapear políticas públicas, redes acadêmicas, financiamentos e práticas institucionais, o estudo contribuiu para ampliar a compreensão sobre como o tema vinha sendo tratado pelo poder público e pela sociedade. Israel observou que o financiamento de projetos pela Fapeam teve papel central nesse processo. “A Fapeam nos últimos anos tem aumentado o número de projetos que têm interesse em estudar mudanças climáticas”, observou.



Durante a pesquisa, a equipe analisou ações do governo estadual, de secretarias ligadas ao meio ambiente e de iniciativas municipais, identificando como práticas de adaptação e mitigação passaram a aparecer em políticas relacionadas ao cuidado com áreas verdes, igarapés e planejamento urbano. Ainda assim, segundo o pesquisador, persistiram desafios importantes. “Observamos que ainda há um grande desafio para compreender como a mudança climática produz diferenças na vida cotidiana das pessoas, no produzir e no fazer da cidade e na forma como pensamos a cidade”, frisou.

Com o avanço do projeto, novas frentes de investigação foram incorporadas, incluindo o papel das organizações da sociedade civil, do ativismo climático e da circulação de desinformação em plataformas digitais. Para Israel, embora as mudanças climáticas tenham se consolidado como uma questão pública, ainda enfrentam fortes frentes de negação. “A emergência climática se tornou um problema público e a gente não pode mais negar a sua presença no mundo”, afirmou.

Nesse percurso, o projeto evidenciou como a produção científica pode atuar como inovação social ao reposicionar as mudanças climáticas no centro da agenda pública, não apenas como um desafio ambiental, mas como uma questão social, política e cultural que seguirá moldando o futuro dos territórios amazônicos.

o projeto evidenciou como a produção científica pode atuar como inovação social ao reposicionar as mudanças climáticas no centro da agenda pública

O que é inovação social?

Inovação social é o uso do conhecimento científico, da tecnologia e de novas práticas para resolver problemas sociais de forma concreta e sustentável.

Ela surge quando soluções são criadas a partir das necessidades reais das pessoas e dos territórios, gerando impacto positivo na vida cotidiana.

Na prática, envolve:

Educação e inclusão social

Tecnologias acessíveis

Sustentabilidade ambiental

Geração de renda e fortalecimento comunitário

Apoio à formulação de políticas públicas



Mais do que produtos, a inovação social transforma formas de fazer, viver e se desenvolver, conectando ciência e sociedade.



Podcast: aponte sua
câmera e confira a
matéria Conecti: Um
novo ciclo para a ciência
amazônida em nosso
episódio 3



Um novo ciclo para a ciência amazônida

Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Conecti) ressurge como ponte entre governo, academia e setor produtivo, um novo ciclo de integração e desenvolvimento para o Estado

Jornalista Cristiane Barbosa

Fotos: Michell Mello e Ascom da Sedecti

Em diferentes momentos da história, decisões institucionais refletem processos de negociação, contextos e prioridades coletivas. No Amazonas, o debate sobre desenvolvimento tem sido marcado pela necessidade de conciliar produção de conhecimento, inovação e compromisso com as realidades sociais e ambientais do território.

É nesse cenário que se insere o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (Conecti), reativado em 2024, após aproximadamente uma década de inatividade. A retomada do Conselho ocorre em um momento estratégico, em que ciência, tecnologia e inovação assumem papel central na formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do estado.

O decreto que restabelece o Conecti, em conformidade com a **Lei nº 5.605, de 16 de setembro de 2021**, reafirma sua finalidade: “propor diretrizes para a formulação de políticas públicas, promovendo a articulação e o de-



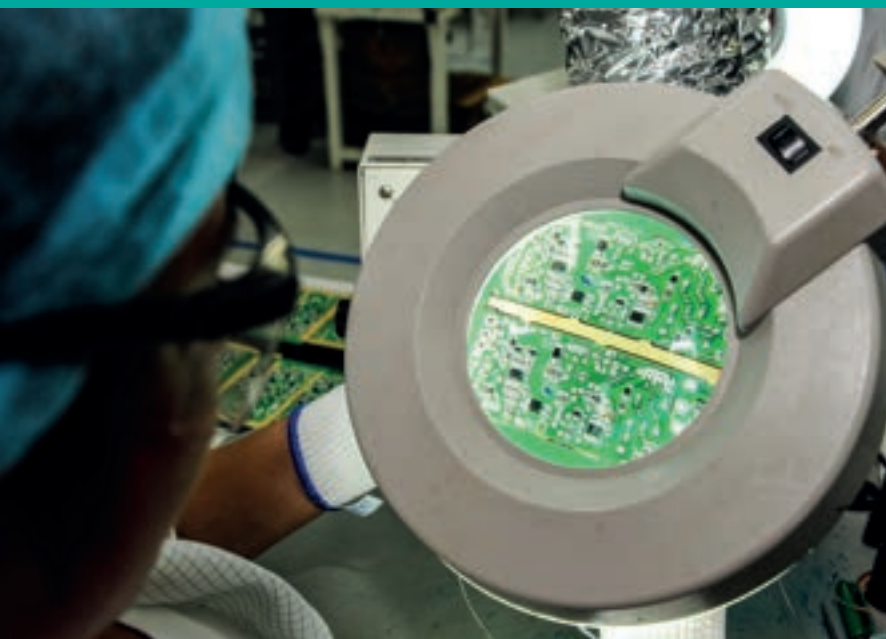
Lei nº 5.605, de 16 de setembro de 2021 – institui o Conecti

bate entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, com vistas ao desenvolvimento e ao fomento das atividades de ciência, tecnologia e inovação no Estado do Amazonas”.

Com a retomada de suas atividades, o Conecti volta a se consolidar como um espaço institucional de diálogo e planejamento, reunindo representantes do poder público, da academia, do setor produtivo e da sociedade civil. Mais do que uma instância administrativa, o Conselho fortalece a articulação entre diferentes atores e contribui para alinhar políticas públicas às demandas científicas, tecnológicas e sociais do Amazonas.

Em outras palavras, o Conecti volta a ser o espaço em que a Amazônia pensa sobre si mesma e projeta o seu futuro. Para além de uma instância administrativa, o órgão colaborativo representa o encontro das inteligências que moldam o futuro amazônico.

É um símbolo de unidade, o lugar onde instituições, pessoas e ideias se entrelaçam, acreditando na inteligência coletiva como motor de um novo tempo para a ciência e a inovação no Estado.



Sob a lente ampliada, a tecnologia ganha forma, a ciência amazônica transformando conhecimento em inovação para o futuro do Estado

“

Estamos comprometidos em atualizar o Marco Legal da Inovação e criar um ambiente propício ao desenvolvimento tecnológico e científico

Serafim Corrêa, titular da Sedecti

Em outras palavras o Conecti volta a ser o espaço em que a Amazônia pensa sobre si mesma e projeta o seu futuro.

A inteligência amazônida

O secretário da Sedecti, Serafim Corrêa, costuma dizer que o retorno do Conselho representa “um marco significativo para o Amazonas”. Mas, por trás da formalidade da frase, há uma verdade essencial: o Conecti é a tradução da inteligência amazônida aquela que nasce da escuta, da observação paciente, do respeito ao ritmo da ciência e da inovação tecnológica.

“Estamos comprometidos em atualizar o Marco Legal da Inovação e criar um ambiente propício ao desenvolvimento tecnológico e científico”, afirmou Serafim, na 1ª reunião ordinária de reativação, realizada em 9 de julho de 2024.

A política pública se transforma, então, em uma ação conjunta de criação e cuidado, um modo de reafirmar que o conhecimento é também uma forma de cuidar. Na visão dele, este é um passo fundamental para orientar a formulação de políticas públicas, promover a articulação e o debate entre diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, impulsionando o desenvolvimento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Estado.

O secretário-executivo de Ciência, Tecnologia e Inovação da Sedecti, Jeibi Medeiros, explicou que as atividades foram interrompidas por um período significativo devido a diversos desafios e reconhecendo a importância do conselho para o avanço científico e tecnológico do Estado, o governo decidiu retomar suas atividades.

“Este é um momento muito importante para a ciência, a tecnologia e a inovação do Amazonas. Conseguimos reativar o conselho e percebemos que a comunidade está muito animada e disposta a participar e contribuir. É possível notar que este é um momento crucial para o desenvolvimento desta área no Estado”, apontou Jeibi.



Este é um momento crucial para a ciência e a inovação do Amazonas. A comunidade está disposta a participar e contribuir”

Jeibi Medeiros, secretário-executivo da Sedecti



Márcia Perales, diretora-presidente da Fapeam

Para Jeibi Medeiros, secretário-executivo de Ciência, Tecnologia e Inovação da Sedecti, a reativação do Conecti não foi apenas a retomada de um órgão colegiado, mas a resposta a um momento de maturidade do ecossistema amazonense de CT&I. “Ao longo dos últimos anos, as instituições se fortaleceram, ganharam densidade técnica e capacidade de articulação. O que faltava era um espaço de convergência estratégica, capaz de transformar essa maturidade em direção comum. O Conecti volta exatamente para cumprir esse papel”.

Na mesma linha de pensamento, a diretora-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Márcia Perales Mendes Silva, reforçou a importância da integração entre governo, academia e setor produtivo para consolidar uma política estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação efetiva. Segundo ela, um Conecti ativo tem papel central nesse processo. “A Fapeam atua como articuladora entre a estratégia definida pelo Governo do Estado e pelo Conecti e a implementação concreta de ações estratégicas de fomento que gerem impacto científico, social, ambiental e econômico para o Amazonas”.

Por meio do Conselho também é possível identificar prioridades estratégicas, demandas emergentes e gargalos estruturais e potencialidades, o que pode subsidiar, orientar de forma importante, as linhas de ação, programas, editais e etc. da Fapeam.

“Essa aproximação contribui para que a produção científica esteja cada vez mais conectada às necessidades reais da sociedade amazônica e às oportunidades do



setor produtivo, favorecendo a transferência de conhecimento, a inovação tecnológica, o empreendedorismo de base científica e a geração de soluções aplicadas aos desafios locais,” afirmou Márcia.

Ao mesmo tempo, a diretora ressaltou que o Amazonas reúne oportunidades estratégicas importantes, como o potencial da biodiversidade, o avanço da bioeconomia, o desenvolvimento de tecnologias voltadas à sustentabilidade e o crescimento da capacidade científica, tecnológica e de inovação das instituições de pesquisa do Estado.

Desse modo, o espaço de articulação nasce novamente com uma estrutura moderna e participativa. São 13 instituições que representam a diversidade do ecossistema amazônico de CT&I.



13 instituições

1. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti)
2. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam)
3. Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
4. Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam)
5. Universidade Federal do Amazonas (Ufam)
6. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)
7. Instituto Federal do Amazonas (Ifam)
8. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-AM)
9. Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam)
10. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam)
11. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
12. Associação do Polo Digital de Manaus (APDM).
13. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-AM)

O elo das vozes que criam e transformam

No Amazonas, inovar é também traduzir o que a natureza ensina há milênios: ninguém cresce sozinho.

Na avaliação de Márcia, o Amazonas reúne oportunidades estratégicas importantes, como o potencial da biodiversidade, o avanço da bioeconomia, o desenvolvimento de tecnologias voltadas à sustentabilidade e o fortalecimento da capacidade científica, tecnológica e de inovação das instituições de pesquisa do Estado.

“A integração contínua entre governo, academia e empresas é fundamental para transformar essas oportunidades em desenvolvimento científico, tecnológico e inovador de médio e longo prazos para o Amazonas”, afirmou.

A gestora explicou que por meio do Conselho também é possível identificar prioridades estratégicas, demandas emergentes e gargalos estruturais e potencialidades, o que pode subsidiar, orientar de forma importante, as linhas de ação, programas, editais etc. da Fapeam.

“Essa aproximação contribui para que a produção científica esteja cada vez mais conectada às necessidades reais da sociedade amazônica e às oportunidades do setor produtivo, favorecendo a transferência

de conhecimento, a inovação tecnológica, o empreendedorismo de base científica e a geração de soluções aplicadas aos desafios locais”, afirmou Márcia.

Já na avaliação do conselheiro titular do Instituto Mamirauá, Emiliano Esterci Raimalho, a presença do Instituto no Conecti contribuiu diretamente para fortalecer essa noção de inteligência amazônica, ancorada no diálogo entre ciência e território. Segundo ele, o Mamirauá nasceu da relação entre conhecimento científico e conhecimento tradicional, a partir de um modelo de conservação baseado em ciência aplicada e construída em diálogo com as pessoas.

“O ponto principal sempre foi a ideia de que a conservação da Amazônia só pode ser feita com a participação das pessoas”, afirmou. Para Emiliano, essa experiência é singular porque o Mamirauá é o único instituto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação localizado no interior da Amazônia, o que garante uma relação cotidiana e profunda com o território. “Isso é raro e único, sendo uma contribuição muito grande, porque traz uma ciência feita do interior da Amazônia, pensando e vivendo a Amazônia”, destacou.

Ele avaliou ainda que a reativação do Conecti foi um passo fundamental para o Esta-

“O ponto principal sempre foi a ideia de que a conservação da Amazônia só pode ser feita com a participação das pessoas”

do. “Reunir instituições com décadas de conhecimento acumulado para pensar a política de ciência e tecnologia é essencial. A gente está falando de um estado que tem a maior parte da Amazônia, ainda bastante preservado e que precisa ter uma política científica muito forte”, disse. Na visão dele, o Conselho fortalece a construção de políticas públicas a partir de múltiplas perspectivas institucionais e científicas. “A reativação do Conecti foi um passo fundamental, e foi extremamente importante, dado pelo governo do Estado”, pontuou.

A chefe do Departamento de Extensão Tecnológica e Inovação (DTI) da Sedecti, Debora Holanda, define o Conselho como o eixo que organiza o ambiente colaborativo.

“O ecossistema de inovação é formado por diversas organizações, cada uma com seu papel de fomento, capacitação ou gestão de políticas públicas. O Conecti é o órgão que conecta essas forças e as direciona para um mesmo propósito: o desenvolvimento sustentável do Amazonas”, frisou a gestora.

Na visão dela, a reativação do Conselho é fundamental no contexto atual em que se encontra a maturidade do ecossistema de inovação do Amazonas, no qual as instituições públicas estaduais de CT&I completam mais de duas décadas de existência e alcançaram um alto grau de maturidade e reconhecimento, inclusive nacional.

Debora explicou que também ocorrem movimentos paralelos de fortalecimento de políticas municipais na área científica e tecnológica tanto na capital quanto no interior do Amazonas. “Neste contexto, é fundamental um órgão centralizador e que direcione este conjunto de esforços rumo à maturidade e



Debora Holanda, chefe do Departamento de Extensão Tecnológica e Inovação (DTI)

potencialize os esforços individuais a partir de ações em conjunto, que é o que o Conecti se propõe”, enfatizou ela.

A gestora informou que há planos para fortalecer parcerias interinstitucionais e internacionais por meio do Conselho. Segundo ele, a Secretaria possui em sua estrutura o Núcleo de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amazonas (Niffam) que trata das políticas públicas para os municípios do Amazonas que são fronteiriços com outros países. “Assim, em futuras ações cabe a realização de parcerias entre o Conecti com demais entes de CT&I de demais países, com articulação realizada pelo Niffam”, disse.

Em relação às prioridades do Conselho, Débora explicou que a primeira etapa da reativação já foi realizada, a partir da estruturação do funcionamento interno, operacionalização e regularidade das reuniões. “De agora em diante, o próximo passo é a aprovação da atualização do Marco Legal de Inovação pela Assembleia Legislativa. Com a base jurídica consolidada, em seguida serão criadas Câmaras Técnicas para discutir temas específicos presentes no marco legal e desenhar políticas mais operacionais, como para as áreas de games, startups, biotecnologia, entre outras”, informou.



Oficina de planejamento estratégico do Conecti. Foto: Arquivo Sedecti



Serafim Corrêa e gestores durante reunião do Conecti. Foto: Bruno Leão/Sedecti



Conselho é formado por nove instituições parceiras. Foto: Bruno Leão/Sedecti

As Câmaras que dão forma ao pensamento coletivo

Quando o Conecti retomou seu curso, foi preciso reorganizar a correnteza das ideias.

Dessa necessidade nasceram três Câmaras Técnicas, espaços de escuta e construção, onde a palavra se transforma em diretriz e o diálogo em política pública.

A primeira, dedicada à criação do Regimento Interno, cumpriu seu papel em quatro meses de trabalho intenso. Cada artigo, cada parágrafo, foi moldado à luz do consenso e da pluralidade das instituições que compõem o Conselho. O texto aprovado em plenária passou a nortear as ações internas do Conecti, garantindo ritmo, transparência e coerência ao que se constrói coletivamente.

A segunda Câmara Técnica voltou-se para uma tarefa mais ampla: a atualização do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Sob coordenação da Sedecti, todas as 13 entidades parceiras do Conselho participaram desse processo, um exercício de escrita conjunta sobre o futuro. Durante um ano, ideias foram trabalhadas até formarem um documento sólido, aprovado em plenária e encaminhado à análise da Casa Civil.

Hoje, o órgão colegiado mantém uma Câmara Técnica ativa, voltada ao fortalecimento das políticas públicas de CT&I nos municípios do Amazonas. Seu trabalho busca mapear as iniciativas existentes, compreender as realidades locais e propor caminhos para ampliar a presença da ciência e da inovação também no interior.



Nasceram três Câmaras Técnicas espaços de escuta e construção onde a palavra se transforma em diretriz e o diálogo em política pública.





Consolidar o funcionamento contínuo do órgão colegiado foi, antes de tudo, um exercício de reconstrução”.

Debora Holanda, chefe do DTI/Sedecti

Desafios e aprendizados da consolidação

Os desafios do Conecti soam menos como obstáculos e mais como etapas naturais do próprio amadurecimento. “Consolidar o funcionamento contínuo do órgão colegiado foi, antes de tudo, um exercício de reconstrução”, disse Debora.

O primeiro passo foi atualizar o corpo de representantes e dar novas vozes às instituições que compõem o Conselho. “Depois, veio o esforço de organizar a casa, estruturar o funcionamento operacional, o que conseguimos ao criar um regimento interno que hoje pauta todas as ações”, esclareceu a gestora.

Mas, para ela, a verdadeira travessia está em manter o movimento vivo. O desafio permanente é o engajamento. “Queremos que cada instituição atue de forma mais efetiva nas ações do Conselho e realize eventos próprios”, frisou a chefe do DTI/Sedecti. Afinal, é nesses espaços de convivência que a inovação ganha rosto, e o diálogo se transforma em ação.

Já na visão da diretora-presidente da Fapeam, Márcia Perales, a consolidação de uma política estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação integrada e eficaz passa, antes de tudo, pela continuidade e pelo fortalecimento das políticas públicas de CT&I. Segundo ela, esse processo exige investimentos financeiros crescentes, articulação interinstitucional permanente, estímulo à cultura de inovação em diferentes segmentos e a ampliação das ações de popularização da ciência e de seus impactos para a sociedade.

“Também se destacam os desafios logísticos e estruturais próprios da região amazônica, bem como a necessidade de valorizar e fixar talentos locais. Por outro lado, há grandes oportunidades, como o potencial da biodiversidade, a bioeconomia, as tecnologias voltadas à sustentabilidade, e o avanço da capacidade científica, tecnológica e de inovação das instituições de pesquisa do Estado”, enfatizou a diretora.



A bússola da inovação no AM

Para a chefe do DTI, Debora, falar de governança em ciência e tecnologia é falar de direção e de destino. “O principal motor da economia é a inovação”, afirmou. “Nos últimos anos, vimos surgir modelos de negócios inéditos, capazes de transformar por completo a forma como vivemos e trabalhamos”, pontuou a gestora.

Debora fala da CT&I como um organismo em movimento, uma rede que atravessa fronteiras e conecta áreas distintas da vida cotidiana.

“A inovação também move a saúde, a educação, a segurança e o meio ambiente. Por isso, é essencial que o Amazonas tenha uma política de CT&I robusta, com diretrizes claras, capaz de orientar o desenvolvimento do estado em todas as dimensões”, destacou ela.

Para Emiliano, o papel do Conecti também ultrapassa a formulação de políticas públicas e envolve a comunicação da ciência com a sociedade. “O Conselho não tem apenas a função de pautar temas relevantes do ponto de vista da ciência e da tecnologia, mas também de comunicar a importância da ciência e traduzir o conhecimento científico para uma linguagem mais acessível ao público”, afirmou.

Ele observou que muitas instituições que integram o Conecti já desenvolvem ações consolidadas de popularização da ciência,

“O principal motor da economia é a inovação”

tanto na capital quanto no interior do Estado. “Essas iniciativas são fundamentais para que a ciência chegue às pessoas, especialmente quando pensamos em fazer ciência de dentro para fora da Amazônia, em diálogo direto com a realidade da região”, completou o conselheiro do Instituto Mamirauá.

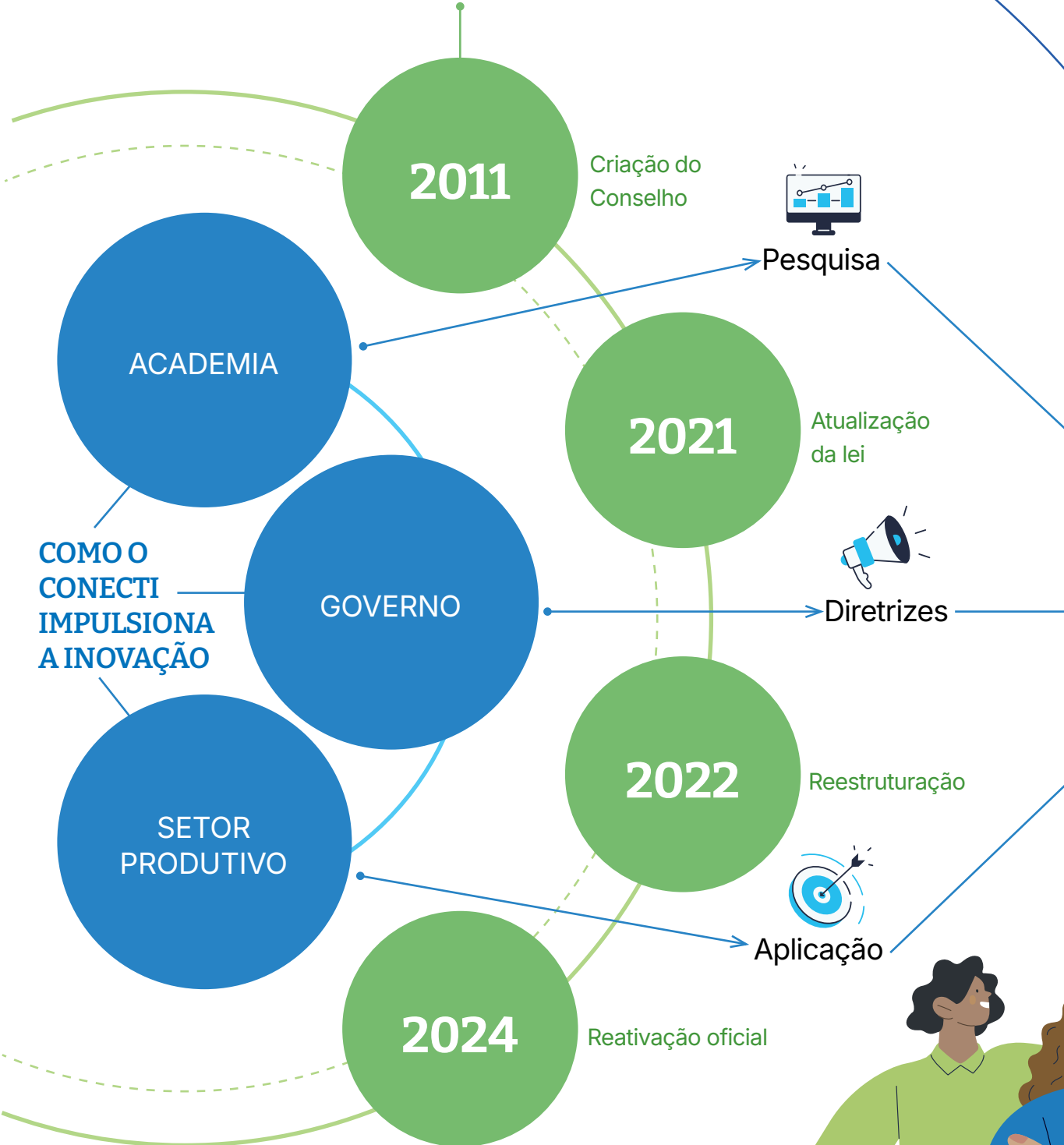
Nesse cenário, o Conecti assume o papel de bússola, o ponto de referência que orienta as múltiplas correntes do ecossistema. “Cabe ao Conselho construir, implementar e monitorar essa política. Ele é o responsável por dar direção à ciência, à tecnologia e à inovação e, com isso, indicar o caminho que o próprio Amazonas deve trilhar”.

E é exatamente isso que a Ciência, a Tecnologia e a Inovação buscam oferecer à sociedade: ferramentas para transformar o conhecimento em bem comum, aproximando saber e dignidade, progresso e preservação.



Linha do tempo

O CAMINHO DO CONECTI



- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-AM)

- Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam)

- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

- Associação do Polo Digital de Manaus (APDM)

- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)

- Instituto Federal do Amazonas (Ifam)

- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-AM)

- Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam)

- Universidade Federal do Amazonas (Ufam)

9 INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

IMPACTO NA SOCIEDADE

CADEIRAS FIXAS

- Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti)

- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam)

- Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

- Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam)

O QUE O NOVO MARCO LEGAL VAI TRAZER



Simplificação de parcerias



Apoio a startups e P&D



Fortalecimento da bioeconomia



Podcast: aponte sua
câmera e confira a matéria
Plano de Bioeconomia: a
floresta como caminho de
futuro, em nosso episódio 5



Plano de Bioeconomia do Amazonas: a floresta como caminho de futuro

Construído a partir de escutas nos 62 municípios, o Plano propõe um novo modelo de desenvolvimento baseado na sociobiodiversidade, na inovação e na valorização de quem vive da floresta.

Jornalista Cristiane Barbosa

Fotos: Michell Mello/Acervo SECTI-AM/Sebrae-AM

Em Maués, a 267 quilômetros de Manaus, a floresta dita o ritmo da vida e dos negócios. Foi ali que o empresário Luca D'Ambros, italiano radicado no Amazonas há mais de vinte anos, construiu uma trajetória baseada em um princípio simples: é possível prosperar preservando o bioma amazônico. "Quando chega um madeireiro ou um garimpeiro na terra querendo levar madeira ou cavar, são os que moram lá que dizem: 'aquí não'. Porque nós ganhamos muito mais com a nossa floresta em pé do que derrubando essa floresta".

Luca chegou de Milão em 2002, como voluntário de um instituto missionário. Trabalhou em uma casa de estudantes indígenas, conheceu os modos de vida da floresta e, dois anos depois, decidiu ficar. Abriu uma marcenaria, a primeira com madeira legalizada de Maués e, mais tarde, fundou a D'Amazônia Origens Agroflorestal, empresa que hoje conecta produtores ribeirinhos ao mercado global.



Fiz questão de participar de tudo que eu podia, para tentar captar as necessidades, os desejos dos produtores e conseguir repassar, informar de forma que pudesse ser entendido durante esses diálogos para que isso entrasse dentro do Plano de Bioeconomia"

Luca D'Ambros, CEO da D'Amazônia Origens Agroflorestal

“

Queremos um plano que nasça da escuta, ouvindo aqueles que vivem da bioeconomia e conhecem de perto sua realidade. Cada contribuição é fundamental para que possamos construir um futuro mais justo, sustentável e competitivo”

Serafim Corrêa,
secretário da Sedecti

“Comecei moendo meu guaraná e vendendo em pó pela internet, porque percebi que a indústria não valorizava o produto artesanal de Maués”, contou. “Hoje, entendo que meu papel é ser um elo entre o mercado e o produtor, ajudando a agregar valor dentro da floresta”, disse o empresário.

A VOZ DA FLORESTA

A experiência de Luca e de centenas de empreendedores amazônicos inspirou o Plano Estadual de Bioeconomia do Amazonas, uma estratégia inédita que propõe transformar a sociobiodiversidade em base concreta para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Trata-se do mais abrangente esforço já conduzido pela gestão do governador Wilson Lima, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), para colocar a floresta em pé no centro do desenvolvimento econômico.

Pela primeira vez o Amazonas apresentou um modelo que une biodiversidade, tecnologia e inclusão social. Desse modo, o plano é um convite para reorganizar a economia do Estado, olhando a floresta como ativo e não como obstáculo.

Segundo o secretário da Sedecti, Serafim Corrêa, a bioeconomia deve ser entendida como um caminho estratégico para aliar conservação ambiental, geração de renda e inovação.

“Queremos um plano que nasça da escuta, ouvindo aqueles que vivem da bioeconomia e conhecem de perto sua realidade. Cada contribuição é fundamental para que possamos construir um futuro mais justo, sustentável e competitivo”, destacou o secretário.

“Elaborar o Plano foi um exercício coletivo de governança e escuta social”

ELABORAÇÃO DO PLANO: ESCUTAS QUE VIRARAM POLÍTICAS

Entre 2024 e 2025, o processo de elaboração foi marcado por um movimento inédito de escutas regionais. Reuniões e oficinas presenciais percorreram todos os municípios do estado, reunindo lideranças comunitárias, prefeituras, associações de produtores e pesquisadores locais. Foram momentos de tradução de políticas públicas em linguagem territorial.

O Plano foi idealizado na administração do governador Wilson Lima e construído a partir do Comitê Gestor Interinstitucional da Estratégia Estadual de Bioeconomia do Amazonas (Decreto n. 51.353, de 13 de março de 2025). Além disso, o processo de elaboração foi impulsionado por compromissos internacionais de clima e biodiversidade (COP30, G20) e pela Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto nº 12.044/2024), buscando alinhar a política estadual às metas globais de descarbonização e desenvolvimento sustentável.

O secretário-executivo de Ciência, Tecnologia e Inovação, Jeibi Medeiros, destacou que os diálogos para o Plano de Bioeconomia foram muito além de números e falam por si. Quase metade das vozes presentes são de mulheres, 46,34%. Foram 4,3 mil contribuições vindas de todos os setores estratégicos: produção primária, Polo Industrial de Manaus, agroindústrias, inovação, academia e governos municipais. E em cada território, as prefeituras participaram com apoio.

“Essas contribuições não ficaram no papel, elas foram incorporadas ao Plano de Bioeconomia e vão se transformar também em um caderno de diálogos, uma memória coletiva desse processo”, afirmou o secretário-executivo.

A proposta nasceu do reconhecimento de que o Amazonas concentra a maior biodiversidade do País, mas ainda tem uma economia dependente da Zona Franca de Manaus.

Quase
metade
das vozes
presentes
são de
mulheres,
46,34%

Foram 4,3 mil
contribuições vindas
de todos os setores
estratégicos





O Plano de Bioeconomia do Amazonas é um instrumento de transformação territorial. Na prática, ele cria condições para converter o potencial biológico e cultural do Estado em desenvolvimento sustentável e renda”

Jorge Porto, consultor técnico do Plano de Bioeconomia

“Elaborar o Plano foi um exercício coletivo de governança e escuta social”, explicou Milena Aryce Menta Barker, chefe do Departamento de Bioeconomia e Ações Estratégicas da Sedecti, que coordenou junto a sua equipe todo o processo. “O plano é a resposta amazônica à necessidade de conciliar crescimento e conservação”.

Para o consultor do Plano, Jorge Porto, o Plano representou um ponto de virada. “O Plano de Bioeconomia do Amazonas é um instrumento de transformação territorial. Na prática, ele cria condições para converter o potencial biológico e cultural do estado em desenvolvimento sustentável e renda”, afirmou.

Como consultor técnico, Jorge Porto participou da consolidação das bases conceituais, metodológicas e normativas que sustentam o documento. De acordo com ele, o trabalho foi estruturado em oficinas territoriais, consultas públicas e um grupo interinstitucional que integrou saberes acadêmicos e tradicionais.

“Destaco o caráter participativo e a busca por coerência entre a política estadual e os marcos nacionais e internacionais, em especial a Estratégia Nacional de Bioeconomia, o Decreto Federal nº 12.044/2024 e os Princípios de Alto Nível do G20 sobre Bioeconomia”, informou ele. “Esse processo reafirmou o papel do Amazonas como laboratório vivo da sustentabilidade tropical e exemplo de integração entre ciência, cultura e economia de base biológica”, completou.

As oficinas revelaram uma Amazônia diversa em potencialidades: do guaraná de Maués ao açaí do Médio Solimões, do artesanato do Alto Rio Negro às cadeias de óleos vegetais e castanhas. Cada território tem sua vocação, e o plano busca fortalecer essas identidades produtivas locais.

A CIÊNCIA DO TERRITÓRIO

Além das escutas locais, o Plano de Bioeconomia foi embasado por estudos científicos, mapeamentos

Se queremos melhorar a vida de quem mora na floresta, precisamos que o desenvolvimento tecnológico chegue nos interiores.

socioeconômicos e diagnósticos elaborados por universidades e instituições parceiras. A metodologia incorporou os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e dialoga diretamente com políticas nacionais e internacionais de clima e economia verde.

Na visão de Milena, o Plano de Bioeconomia propõe um modelo de ciência cidadã amazônica, em que o conhecimento científico e os saberes tradicionais se complementam. Prevê parcerias entre Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), tais como a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Inpa, Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Instituto Federal do Amazonas (Ifam), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA) e comunidades locais.

“Além disso, o Plano também cria mecanismos para repartição justa de benefícios e proteção do patrimônio genético e cultural, integrando o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético (SisGen) e certificações de origem”, detalhou Milena.

Vários foram os desafios encontrados no processo, tais como a falta de infraestrutura logística e energética no interior, acesso restrito ao crédito, baixa capacitação técnica e fragmentação institucional.

Milena revelou que também há desafios culturais e jurídicos, garantir segurança na repartição de benefícios e valorizar o conhecimento tradicional, assegurando equidade e rastreabilidade nos produtos da floresta.

Em relação ao processo de escutas e diálogos regionais, ela revelou: “Chamou

atenção a demanda por autonomia local, formação técnica e infraestrutura de beneficiamento, evidenciando que a bioeconomia precisa se enraizar nos modos de vida amazônicos, e não ser apenas um conceito de gabinete”.

A EXPERIÊNCIA DE QUEM PRODUZ NO INTERIOR

Em Maués, Luca D'Ambros acompanhou de perto as consultas. “Foram rápidas, talvez curtas demais, mas importantes”, avaliou. “O que fez diferença foi o fato de o Governo ter ouvido quem vive aqui. Tantos planos foram escritos em gabinetes e nunca chegaram à base. Esse, pelo menos, começou ouvindo a floresta”, opinou. “Fiz questão de participar de tudo que eu podia, para tentar captar as necessidades, os desejos dos produtores e conseguir repassar, informar de forma que pudesse ser entendido durante esses diálogos para que isso entrasse dentro do Plano de Bioeconomia”, completou Luca.

A experiência de quem produz no interior deu a ele uma leitura clara das prioridades. “Se queremos melhorar a vida de quem mora na floresta, precisamos que o desenvolvimento tecnológico chegue nos interiores. Não pode ser só em Manaus. Senão, vira o mesmo modelo: o interior vende matéria-prima e a capital agrega valor”.

Em sua empresa, Luca trabalha com guaraná, castanha, cacau, cumaru, tucumã, puxuri, andiroba, copaíba e açaí, transformando matérias-primas em produtos como chocolates e pastas energéticas. “Ser um elo entre mercado e produtores

Descarbonização:

processo de reduzir ou eliminar as emissões de gases de efeito estufa, principalmente o dióxido de carbono (CO₂), que são responsáveis pelo aquecimento global. No contexto econômico e produtivo, significa produzir bens e serviços de forma que haja menos impacto ambiental, usando menos combustíveis fósseis, energia limpa ou renovável e tecnologias mais eficientes.

é totalmente estratégico, é necessário para que haja essa conexão feita de forma oportuna com uma agregação de valor”.

O Plano de Bioeconomia do Amazonas propôs exatamente essa transição: fomentar cadeias produtivas sustentáveis, criar mecanismos financeiros verdes, capacitar recursos humanos e estimular inovação e **descarbonização**. Também destacou o papel da transparência e da comunicação para garantir o controle social sobre os investimentos que devem crescer na região nos próximos anos. “Para que realmente possa ter uma melhora de vida nas pessoas que moram na floresta, nós precisamos que o desenvolvimento tecnológico chegue nos interiores”, observou o empreendedor regional.

Para o empreendedor Luca, o segredo está na continuidade e na formação de empreendedores locais. “As pequenas empresas precisam de mentores de verdade, que acompanhem seus projetos por anos. Só assim o desenvolvimento vira algo duradouro”, defendeu.



Cada município do Amazonas guarda uma vocação própria, seja no fruto, na resina, na fibra ou no saber tradicional que sustenta o trabalho de tantas famílias”

Milena Menta, coordenadora do Plano Estadual de Bioeconomia do Amazonas e chefe do Departamento de Bioeconomia e Ações Estratégicas da Sedecti



COMO SE ESTRUTURA O PLANO

O Plano Estadual de Bioeconomia do Amazonas se organiza em cinco eixos estruturantes: Governança; Descarbo-nização e Energia Renovável; Pessoas e Cultura; Ecossistema de Negócios; e Patrimônio Genético e Cultural. Esses pilares se apoiaram em três fundamentos técnicos: coerência com políticas de sustentabilidade e inovação; valorização da diversidade sociocultural; e integração entre ciência, tecnologia e cadeias produtivas.

A articulação das atividades coube ao Departamento de Bioeconomia e Ações Estratégicas (DBA), conduzido por Milena, com Giovanna Libânia e Biatris Rocha na linha de frente operacional. “Foi um processo intenso, de escuta e construção conjunta. A bioeconomia amazônica só faz sentido se for feita com quem vive a floresta”, resumiu Milena.

Essa arquitetura permite articular políticas de ciência e tecnologia, crédito verde, capacitação profissional e valorização do conhecimento tradicional, formando uma base integrada para o desenvolvimento sustentável.

“A meta é consolidar uma economia de baixo carbono e de alto valor agregado, fundamentada na conservação da floresta, no uso sustentável dos recursos naturais e na inclusão social de comunidades locais e po-

vos tradicionais”, pontuou Milena Menta, coordenadora do Plano.

Os eixos dialogam diretamente com a sustentabilidade e a floresta em pé ao reforçar que rios fluindo e florestas preservadas podem ser economicamente competitivos. Assim, o plano vincula geração de renda à conservação, priorizando cadeias produtivas de baixo impacto, como óleos, sementes e frutos amazônicos.

A descarbonização é um eixo transversal que conecta energia limpa, redução de emissões e integração com o mercado de carbono, garantindo que o desenvolvimento seja ambientalmente responsável e socialmente justo.

Nos municípios, isso se traduz em bioindústrias, bionegócios e bio empreendimentos que transformam recursos locais em produtos de valor agregado, fortalecendo tanto a economia quanto a conservação da floresta.

Dessa forma, o Plano não é apenas uma estratégia técnica, mas um convite à economia amazônica de futuro: onde ciência, cultura e inovação caminham lado a lado, criando oportunidades para que a floresta permaneça em pé e as comunidades locais prosperem.



QUAIS PROJETOS OU CADEIAS PRODUTIVAS SE DESTACAM?

“Cada município do Amazonas guarda uma vocação própria, seja no fruto, na resina, na fibra ou no saber tradicional que sustenta o trabalho de tantas famílias”, explicou Milena. “O que o Plano Estadual de Bioeconomia faz é reconhecer essas identidades locais e transformá-las em oportunidades reais de desenvolvimento”, frisou ela.

Assim, o Plano de Bioeconomia articula ações que atravessam as cadeias produtivas da floresta e os serviços associados, unindo pesquisa, inovação e soluções tecnológicas para problemas que nascem no território: da logística e do melhoramento genético à agregação de valor e ao turismo sustentável.

“Entre as cadeias com maior potencial, destacam-se os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs), como os óleos vegetais, andiroba, copaíba, murumuru, pracaxi, e os frutos amazônicos, entre eles castanha, guaraná, buriti, cacau, cupuaçu e tucumã”, detalhou Milena.

“Mas o Plano também abre espaço para o crescimento de setores emergentes, como fitoterápicos, biocosméticos, bioinsumos e reflorestamento, além da agricultura sustentável e da produção de mel de abelhas nativas, que refletem o esforço de uma economia pensada a partir da floresta e para a floresta”, informou a gestora.



Da organização comunitária ao beneficiamento dos frutos, a bioeconomia transforma vocações locais em desenvolvimento sustentável no Amazonas. Fotos: Luca D'Ambros

FUTURO: PERSPECTIVAS PARA A BIOECONOMIA NO AM

O futuro idealizado prevê uma economia baseada no desenvolvimento sustentável, capaz de valorizar a floresta e as pessoas, o território, os conhecimentos tradicionais e científicos.

“O que estamos construindo é uma economia que nasce da floresta, mas que também devolve valor a ela e às pessoas que nela vivem”, afirmou Milena. Para ela, o futuro desenhado pelo Plano Estadual de Bioeconomia é o de um Amazonas que combina ciência e saber tradicional, inovação e pertencimento.

No médio prazo, o objetivo é diversificar a economia, gerar empregos verdes e fortalecer cadeias sustentáveis, reduzindo emissões e estimulando a inovação a partir da própria biodiversidade. “A ideia é criar um ciclo virtuoso de produção e conhecimento, no qual a floresta seja fonte de renda, não de exploração”, disse.

No longo prazo, o Plano vislumbra um Estado menos dependente da Zona Franca de Manaus e mais conectado aos mercados internacionais, tornando-se referência global em desenvolvimento com floresta em pé.

O documento foi consolidado a partir das contribuições dos diálogos e da consulta pública, e sua versão final apresentada na COP30, realizada em novembro de 2025, em Belém (PA). Com isso, o Amazonas tornou-se o segundo estado do Brasil a possuir um Plano de Bioeconomia e o primeiro com par-

ticipação ativa de todos os seus municípios.

Para o secretário executivo da Sedecti, Jeibi Medeiros, a sociobiodiversidade pode ser o eixo de uma nova economia, capaz de gerar valor, empregos e inclusão social. “Se o Plano for executado com coerência e colaboração, o Amazonas mostrará ao mundo que é possível crescer preservando. A mensagem central é de esperança estratégica: valorizar a floresta e quem nela vive é o caminho mais inteligente, ético e próspero para o futuro da Amazônia, em um modelo que une ciência, cultura e sustentabilidade em benefício de todos”, afirmou.

E é justamente nesse ponto, onde ciência e floresta se encontram, que a história volta a quem vive essa transformação todos os dias. Luca D’Ambros, o empresário italiano que trocou Milão por Maués, representa as vozes ouvidas nas escutas do Plano e encarna, com sua trajetória, o sentido da bioeconomia amazônica: prosperar preservando.

“O Plano de Bioeconomia tem que ser orientado nessa questão, porque ele em si não vai resolver; ele tem que ser o estágio do desenvolvimento da nossa tecnologia. Para que isso possa, de forma direta e indireta, se transformar na melhoria da qualidade de vida de quem mora na floresta. Porque, fazendo isso, quem mora na floresta vai começar a defender a floresta e a ser entendido como isso. Eu acho que isso é uma coisa importante”, concluiu.

saiba mais

QUEM CONSTRUIU O PLANO

O Plano de Bioeconomia do Amazonas nasceu do trabalho do Comitê Gestor Interinstitucional da Estratégia Estadual, que reuniu representantes de órgãos estaduais, universidades e instituições convidadas: Secretaria de Meio Ambiente (Sema), Secretaria das Cidades e Territórios (Sect), Secretaria de Produção Rural (Sepror), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam), Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Ciama), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

O processo ganhou força com o apoio técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e da GCF Task Force (Força tarefa dos governadores para o clima e floresta), além do suporte de Sebrae, Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Associação Amazonense de Municípios (AAM), Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), do Mosaico do Baixo Rio Negro, da Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto Clima e Sociedade (ICS), prefeituras e organizações da sociedade civil.

saiba mais

PLANO DE BIOECONOMIA DO AMAZONAS E SUA PRINCIPAL PROPOSTA

O Plano de Bioeconomia do Amazonas é a estratégia oficial do governo estadual para estruturar a bioeconomia como eixo central do desenvolvimento sustentável. Ele propõe transformar a biodiversidade em fonte de riqueza, emprego e inovação tecnológica, articulando ciência, políticas públicas e saberes tradicionais.

CORAÇÃO DO PLANO

Uma estratégia integrada que une ciência, tecnologia e saberes da floresta para impulsionar o desenvolvimento sustentável no Amazonas.

1

Governança

Fortalece instituições, regulações e instrumentos de gestão participativa

Garante transparência, monitoramento e continuidade das ações

2

Descarbonização e Energia Renovável

Promove fontes limpas e eficiência energética

Estimula a economia de baixo carbono e a compensação ambiental





Bioeconomia Amazônica



3 Pessoas e Cultura

Valoriza saberes tradicionais e diversidade sociocultural
Investe em capacitação, empreendedorismo e inclusão

3 FUNDAMENTOS

1. Coerência
com políticas de sustentabilidade e inovação

2. Valorização
da diversidade sociocultural amazônica

3. Integração
entre ciência, tecnologia e cadeias produtivas



Aponte sua câmera para ler o Plano de Bioeconomia do Amazonas



5

Patrimônio Genético e Cultural


Protege a biodiversidade e o conhecimento tradicional associado
Estimula pesquisa e inovação com base em ativos da floresta


4 Ecossistema de Negócios

Apoia startups, cooperativas e empresas sustentáveis.
Conecta produtores, pesquisadores e mercados verdes





 Podcast: ponte sua câmera e confira a matéria Fronteiras de Futuro em nosso episódio 4



Fronteiras de futuro: o papel estratégico do Niffam no coração da Amazônia

Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amazonas atua como ponte entre povos, governos e territórios

Jornalista Cristiane Barbosa

Fotos: **Michell Mello**

A floresta não conhece fronteiras, no extremo oeste do Amazonas, onde o Brasil se encontra com Peru, Colômbia e Venezuela. É uma região de complexidade ímpar: são mais de 355 mil quilômetros quadrados, o equivalente a 22,8% do território amazonense, habitados por 34 povos indígenas, com características culturais, linguísticas e histórias distintas. Dentro da Faixa está a cidade de Tabatinga, uma das Cidades Gêmeas do Brasil, cuja área urbana é integrada às cidades de Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Perú) e onde há uma área de Livre Comércio.

É nesse vasto território que o Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas (Niffam) vinculado à Sedecti cumpre um papel essencial: articular políticas públicas, aproximar instituições e fortalecer a presença do Estado nas áreas fronteiriças, onde a distância e a diversidade cultural exigem sensibilidade e cooperação.



Foto: Aloisio Cabalzar/ISA

A extensão territorial e sua importância nas relações internacionais, além da presença robusta de povos indígenas indicam a importância de políticas voltadas ao desenvolvimento e integração dessa região. Nesse contexto, o Núcleo busca promover representatividade desses povos no processo de elaboração de políticas públicas voltadas à região.

“O Niffam é estratégico para a atuação do Governo do Estado nas pautas de fronteira, pois tem esse diálogo direto e permanente com os governos municipal, estadual e federal, além de transitar bem junto ao setor privado e organizações da sociedade civil”, explicou o secretário-executivo da Secti, Jeibi Medeiros.

Para **Juliana Radler**, analista de Políticas Socioambientais do Programa Rio Negro, do Instituto Socioam-

“Nosso papel é mobilizar e articular os atores que vivem a fronteira, para as políticas públicas mais representativas e assertivas”



Oficina realizada em São Gabriel da Cachoeira pelo PDIFF. Foto: Arquivo/Sedecti

biental (ISA), o Niffam possibilita a troca de informações, articulação e mobilização pelo trabalho conjunto na faixa de fronteira do Amazonas, unindo atores diversos, como representantes do governo estadual, federal, sociedade civil, Academia e setor privado.

“Para nós, da sociedade civil, que atuamos na faixa de fronteira com trabalhos voltados à garantia dos direitos dos povos indígenas na região do Rio Negro, o Niffam fomenta um ambiente importante para a elaboração de políticas públicas, projetos, ações e iniciativas que refletem as demandas destas populações e territórios”, opinou. Juliana destacou ainda que o Núcleo é um espaço democrático para estar em frequente diálogo, sobretudo com o governo estadual, em prol dos direitos indígenas e do desenvolvimento sustentável na faixa de fronteira.

Criado originalmente pelo Decreto N.º 32.729 em 22 de agosto de 2012 e reformulado pelo Decreto nº 44.473/2021, o Niffam passou de um órgão consultivo a uma instância propositiva, com atuação efetiva no desenvolvimento regional. Hoje, com seu Regimento Interno homologado em 2025, o colegiado reúne 19 instituições, incluindo representantes de órgãos públicos, universidades, organizações indígenas e entidades da sociedade civil. “Nosso papel é mobilizar e articular os atores que vivem a fronteira, para que as políticas públicas sejam mais representativas e assertivas”, acrescentou Cisnea Menezes Basílio, coordenadora do Núcleo. Geóloga de formação, Cisnea é indígena do povo Desana, do Alto Rio Negro.

O Núcleo mantém comunicação direta e recorrente com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), que coordena a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF). Outros órgãos federais, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), ambas autarquias federais, são membros permanentes do colegiado, atuando de forma efetiva.



Buscamos promover representatividade dos povos indígenas no processo de elaboração de políticas públicas voltadas à região, garantindo que o desenvolvimento ocorra de forma integrada e respeitosa com as especificidades culturais e territoriais”.

Cisnea Menezes Basílio,
coordenadora do Niffam

*lizar
que
a que
sejam
e*

INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO NA PRÁTICA

Os resultados dessa articulação já se traduzem em ações concretas. O projeto Núcleo Municipal de Inovação (Numai), em São Gabriel da Cachoeira (Alto Rio Negro), a 850 km de Manaus, recebeu investimento de R\$ 514 mil do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), com execução financeira do Instituto Federal do Amazonas (Ifam). Outro marco é o Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões (PaCTAS), no município de Tabatinga, que recebeu aporte inicial de R\$ 3 milhões para impulsionar a ciência e a economia de base local. “A atuação do Niffam nos territórios de fronteira do Amazonas, especialmente no Alto Solimões, tem sido estratégica para qualificar e integrar a presença do Estado em uma região historicamente marcada por políticas públicas fragmentadas e pouco articuladas entre si”, frisou diretora executiva do PaCTAS. Taciana de Carvalho Coutinho.

Desde sua fase inicial, o PaCTAS vem atuando como uma rede de articulação institucional, conectando universidades, governos locais, ministérios, organizações da sociedade civil, associações comunitárias e parceiros internacionais. “Essa trajetória contribuiu para criar uma base concreta de governança territorial, que hoje dialoga diretamente com as agendas do Niffam, fortalecendo a coordenação interinstitucional e a capacidade de atuação integrada na fronteira”, pontuou **Taciana**.

Segundo a diretora, o campo da ciência e da produção de conhecimento, o PaCTAS possibilitou a aproximação entre pesquisa aplicada, diagnósticos territoriais e demandas reais do território. “Projetos voltados à bioeconomia, ao mapeamento socioambiental, à formação técnica e à inovação social passaram a ser desenvolvidos a partir do território e com os atores locais, gerando evidências e soluções concretas.”, argumentou.



Foto: Acervo Taciana Coutinho

São Gabriel da Cachoeira
recebeu investimento de
R\$ 514 mil



Oficina do Projeto Fronteiras da Amazônia, em São Gabriel da Cachoeira, em outubro de 2025. Foto: Rebeca Mota/Sedecti

Na avaliação de Taciana, em termos de desenvolvimento local, os resultados já são visíveis: fortalecimento de cadeias produtivas da sociobioeconomia, apoio a associações e cooperativas, implantação de infraestruturas de inovação, ampliação da formação técnica e científica na região e maior integração entre agendas de desenvolvimento, sustentabilidade, segurança e inclusão social. “As articulações demonstram que é possível transformar iniciativas antes dispersas em estratégias estruturantes, com impactos reais para a população do Alto Solimões e para a consolidação de um modelo de desenvolvimento territorializado na fronteira amazônica, avaliou Taciana.

Além das ações regionais, o Niffam

acompanha projetos transfronteiriços de impacto, como o Putumayo-Içá, voltado à gestão integrada da bacia que une Brasil, Colômbia, Peru e Equador, com financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) de cerca de 13 milhões de dólares, e execução financeira da Wildlife Conservation Society (WCS), atualmente o projeto tem como ponto focal a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

“Buscamos promover representatividade dos povos indígenas no processo de elaboração de políticas públicas voltadas à região, garantindo que o desenvolvimento ocorra de forma integrada e respeitosa com as especificidades culturais e territoriais”, enfatizou Cisnea.

PLANEJAMENTO PARA O FUTURO

Um dos grandes avanços recentes é a participação nas Oficinas de Planejamento Territorial de Fronteira Arco Norte e Rondônia, realizadas em São Gabriel da Cachoeira (Alto Rio Negro) e Tabatinga (Alto Solimões). “No caso específico de São Gabriel da Cachoeira, a Oficina ocorreu em conjunto com a 34ª Reunião Ordinária do Niffam, em setembro de 2025, que pela primeira vez aconteceu em um município da fronteira”, detalhou Cisnea.

Durante essa reunião, representando a sociedade civil, o professor, Juscelino Pereira Azevedo, da Associação Indígena da

Trata-se de um plano ambicioso, que pretende integrar políticas e territórios sob uma mesma visão de futuro.



Baniwas em frente à maloca Camarão, durante gravação da GloboNews, reafirmando o protagonismo indígena nos debates do Niffam. Foto: Juliana Radler/ISA

Etnia Tuyuka Moradores de São Gabriel da Cachoeira (Aietum-SGC), ressaltou a urgência de ações concretas para os povos indígenas. “Como indígena, a falta de assistência dá pouco cuidado aos povos, tanto da cidade quanto do interior. Queremos que todas as instituições façam uma par-

ceria que trabalhe em conjunto em prol dos indígenas, sem diferenciar os que vivem na cidade dos que estão no interior”, disse ele à época da reunião em entrevista.

As oficinas são parte do Projeto Fronteiras da Amazônia, conduzido pelo MIDR e pelo Instituto Brasileiro de Administração

Municipal (Ibam), e servirão de base para os Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs), instrumentos fundamentais para mapear potencialidades e definir estratégias de ação.

“Acredito que a elaboração do PDIFF do Amazonas nos possibilitará sistematizar de forma efetiva as demandas locais, bem como buscar possibilidades de fomento para as ações prioritárias”, afirmou a coordenadora.

Atualmente (2º semestre de 2025), o projeto encontra-se na etapa 3 (proposta), trata-se da fase dedicada à formulação e discussão das propostas que foram realizadas nas missões e oficinas de planejamento territorial. A próxima etapa 4 (finalização), corresponde à finalização do trabalho, com edição e publicação dos seis PDIFFs, incluindo o do Amazonas.

Segundo Cisnea, a prioridade é mobilizar os membros do colegiado no intuito de fortalecer as discussões das pautas de fronteira, para ações conjuntas futuras, ao passo que continuamos a acompanhar e apoiar os programas e ações da fronteira, a exemplo do PDIFF. “Acredito que a elaboração do Plano do Amazonas nos possibilitará sistematizar de forma efetiva as demandas locais, bem como buscar possibilidades de fomento para as ações prioritárias”, frisou.

Os Planos abordam temas que vão desde bioeconomia, Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), energias renováveis e economia circular até inclusão social, regularização fundiária e segurança de fronteira. Trata-se de um plano ambicioso, que pretende integrar políticas e territórios sob uma mesma visão de futuro.



34ª Reunião Ordinária do Niffam e Oficina do Projeto Fronteiras da Amazônia, em São Gabriel da Cachoeira, outubro de 2025. Foto: Arquivo Sedecti



Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Dário Baniwa, registrando presença, na 34ª Reunião do Niffam, em São Gabriel da Cachoeira. Foto: Rebeca Mota/Sedecti



Oficina do BioRegio em Tabatinga 2024. Foto: Divulgação MIDR



Titular da Sedecti, Serafim Corrêa, durante a 32ª Reunião Ordinária do Niffam, realizada na sede da secretaria. Foto: Arquivo Sedecti

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Atuar na faixa de fronteira amazônica é lidar com desafios históricos: a logística difícil, a escassez de recursos e a fragmentação institucional.

Para a sociedade civil, esses desafios exigem novos arranjos de participação e escuta nos processos de formulação de políticas públicas. Na visão da analista de Políticas Socioambientais do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental do Amazonas (ISA), Juliana Radler, a participação da sociedade civil e de organizações indígenas amplia o caráter democrático do colegiado, enquanto as reuniões híbridas fortalecem a escuta de quem vive na fronteira. “Essa articulação entre território e políticas públicas é essencial para alinhar as ações às realidades locais, especialmente diante dos desafios logísticos da Amazônia”, explicou a analista.

Juliana comentou ainda sobre as reuniões híbridas – presencial em Manaus e com a possibilidade de participação remota para os integrantes baseados nos municípios fronteiriços – como uma maneira de ampliar a participação das vozes e dar espaço para quem vive nos territórios de fronteira.

“A logística cara e complexa na Amazônia nos exige a habilidade para trabalhar colaborativamente utilizando as tecnologias da informação e da comunicação para fomentar a troca de conhecimento e direcionar nossas ações”, refletiu.

Mesmo diante dessas dificuldades, a coordenação do Núcleo enxerga o trabalho com otimismo. Cisnea afirmou que o Amazonas enfrenta desafios históricos quanto à logísti-

ca, por questões de infraestrutura e geográficas, principalmente nas regiões de fronteira.

“Embora tenhamos limitações, é possível perceber um movimento crescente de fortalecimento das políticas nacionais voltadas para fronteira, como o Programa Fronteira Integrada e o BioREgio. É estrategicamente importante fortalecer a estrutura do Niffam para que este atue de forma efetiva nas políticas de fronteira”, informou.

O Núcleo também esteve envolvido de forma colaborativa nos eventos realizados pelo Governo Federal (MIDR) e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) como o seminário Internacional Desenvolve Amazônia: a política de Fronteira e a Bioeconomia na Amazônia Legal (MIDR); Oficina de Planejamento do BioRegio (novembro/2024); I Fórum Regional sobre Proteção Integrada de Fronteiras no Arco Norte-Nordeste (setembro/2024).

“E por fim, o Núcleo vem promovendo a participação de instituições de base comunitária e unidades locais de ensino, pesquisa e extensão, prefeituras municipais, setor privado, organizações da sociedade civil, representantes de comunidades tradicionais como ribeirinhas, indígenas, quilombolas, nas ações desenvolvidas na fronteira”, explicou a coordenadora.



Com parcerias que vão desde o Sebrae e a Associação Amazonense dos Municípios (AAM) até o Comando Militar da Amazônia, o Niffam aposta na força da cooperação para superar barreiras e consolidar a presença do Estado nos limites do Brasil.

“Nosso maior desafio é transformar a distância em diálogo e a diversidade em potência, promovendo um desenvolvimento que respeite as pessoas, os territórios e a floresta”, resumiu Cisnea.

Ao mesmo tempo, há oportunidades concretas. A experiência do PaCTAS demonstra que, quando políticas públicas e projetos de desenvolvimento são construídos a partir do território, com protagonismo local, surgem soluções inovadoras que conciliam conservação ambiental, geração de renda, valorização cultural e fortalecimento da governança territorial. Cadeias da bioeconomia, iniciativas de inovação social e plataformas de ciência aplicada mostram que é possível promover desenvolvimento respeitando os modos de vida e os direitos dos povos indígenas.

A integração entre ciência, políticas públicas e saberes tradicionais representa uma das maiores oportunidades para a Amazônia. Nas regiões de fronteira, essa abordagem fortalece não apenas o desenvolvimento sustentável, mas também a soberania, a cooperação internacional e a capacidade do Estado de atuar de forma coordenada.

“A trajetória construída desde 2019, com o PaCTAS evidencia que resultados concretos são possíveis quando o território deixa de ser apenas objeto de políticas e passa a ser sujeito ativo da construção do desenvolvimento”, comentou Taciana, gestora do PaCTAS.

PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS

Ao longo dos últimos anos o Núcleo tem contado com participação e apoio efetivo de seus membros, com destaques para as instituições que atuam nos territórios de fronteira como as ICTs, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Instituto Federal do Amazonas (Ifam), as organizações da sociedade civil como o Instituto Socioambiental (ISA) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). O Sebrae também vem desempenhando um papel muito importante nas articulações junto ao terceiro setor.

O Núcleo de Relações Internacionais do Amazonas da Assembleia Legislativa (Nuriam/ALEAM), criado por iniciativa do Deputado João Luiz tem sido um parceiro estratégico. “Contamos também com o apoio imprescindível da Associação Amazonense dos Município (AAM). Além da presença e apoio constante das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), com destaque para o Comando Militar da Amazônia”, informou Cisnea.

Entre floresta e horizonte, a estrada representa a integração amazônica e o desenvolvimento sustentável

OLHAR FUTURO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Com olhar otimista e realista diante dos desafios amazônicos, a coordenadora Cisnea vê um futuro promissor para as políticas de integração fronteiriça na região. Ela destacou o fortalecimento de programas nacionais como o Programa Fronteira Integrada (PFI) e o BioREgio, estratégia voltada à bioeconomia e ao desenvolvimento regional sustentável, ambos vinculados à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), sob responsabilidade do MIDR.

Na área da segurança, ela mencionou o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), do GSI/PR, desenvolvido em parceria com a CDIF, também coordenada pelo Ministério. Nos estados, os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs), como o do Amazonas, vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) e integrante do colegiado do Niffam, reforçam a atuação conjunta. Para a coordenadora, fortalecer a estrutura do Núcleo é essencial para consolidar políticas de fronteira mais efetivas e integradas.

Em relação à cooperação transfronteiriça, Cisnea Basílio explicou que, embora o Amazonas ainda não possua acordos internacionais formais, há avanços significativos. O Estado participa, por meio da Sema, do projeto Putumayo Içá, e acompanha ativamente as reuniões do Comitê de Fronteira Norte Brasil-Peru, que promove o diálogo entre autoridades e representantes da sociedade civil dos dois países sobre temas de interesse comum.

“O fato de o Núcleo estar vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnologia e Inovação é estratégico, pois possibilita a ampliação da visão do Núcleo. Atuamos com setores de bases tradicionais e comunitárias, instituições de ensino e pesquisa e empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM), visando construir diálogos mais justos e menos desiguais na fronteira”, concluiu.

É nesse cenário de diversidade e desafios que o Núcleo se torna mais que um colegiado: é uma ponte entre mundos. Como desta-

ca Cisnea Basílio, sua coordenadora, fortalecer as políticas de fronteira e as parcerias transnacionais é essencial para que o Amazonas avance com equilíbrio entre segurança, desenvolvimento e sustentabilidade. Ao articular governos, instituições, comunidades e empresas, o Niffam trabalha para transformar a faixa de fronteira em um espaço de integração, diálogo e pertencimento. Porque, se a floresta ignora as linhas que a dividem, é natural que as comunidades que nela vivem também busquem caminhos que unam e não separem suas histórias.

Instituída pela Lei nº 6.634/1979 e regulamentada pelo decreto nº 85.064/1980, a Faixa de Fronteira corresponde a uma área interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Ao todo, são 15.719 quilômetros de extensão, abrangendo 11 estados e 588 municípios, com cerca de 11,7 milhões de habitantes, conforme o Censo do IBGE 2022.

A macrodivisão da Faixa de Fronteira é organizada em três grandes Arcos. No caso do Amazonas, está inserido no Arco Norte, que envolve também os estados do Roraima, Acre e Rondônia.



Faixa de Fronteira corresponde
a uma área interna de
150 km



Ao todo são
15.719 km extensão



com cerca de
11,7 milhões de habitantes

SOBRE O NIFFAM

O Niffam é um órgão colegiado formado por 19 instituições definidas no Decreto nº 44.473 de 30 de agosto de 2021, com representantes titulares e suplentes de órgãos que atuam ou têm sede na Faixa de Fronteira.

Reúne-se trimestralmente e tem como função articular e mobilizar instituições públicas e privadas das esferas federal, estadual e municipal para promover ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas específicas para a região de fronteira.

Também é responsável por receber e sistematizar demandas locais de diversos setores, como saúde, educação, segurança, economia, meio ambiente, infraestrutura, cultura, turismo e outros.

Faixa de Fronteira

Instituída pela Lei nº 6.634/1979 e regulamentada pelo decreto nº 85.064/1980, a Faixa de Fronteira corresponde a uma área interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Ao todo, são 15.719 quilômetros de extensão, abrangendo 11 estados e 588 municípios, com cerca de 11,7 milhões de habitantes, conforme o Censo do IBGE 2022.

A macrodivisão da **Faixa de Fronteira** é organizada em três grandes Arcos. No caso do Amazonas, está inserido no Arco Norte, que envolve também os estados do Amapá, Pará, Roraima e Acre.

A Faixa de Fronteira do Amazonas é formada por 19 municípios:

Amaturá, Atalaia do Norte, Barcelos, Benjamin Constant, Boca do Acre, Canutama, Guajará, Ipixuna, Japurá, Jutai, Lábrea, Nhamundá, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Tonantins, Uruará e Tabatinga.



355 mil km²
extensão da faixa de fronteira do Amazonas



R\$ 3 milhões
investimento inicial no Parque Tecnológico do Alto Solimões



19 instituições
compõem o colegiado do Niffam/Sedecti



34 povos
indígenas vivem na região

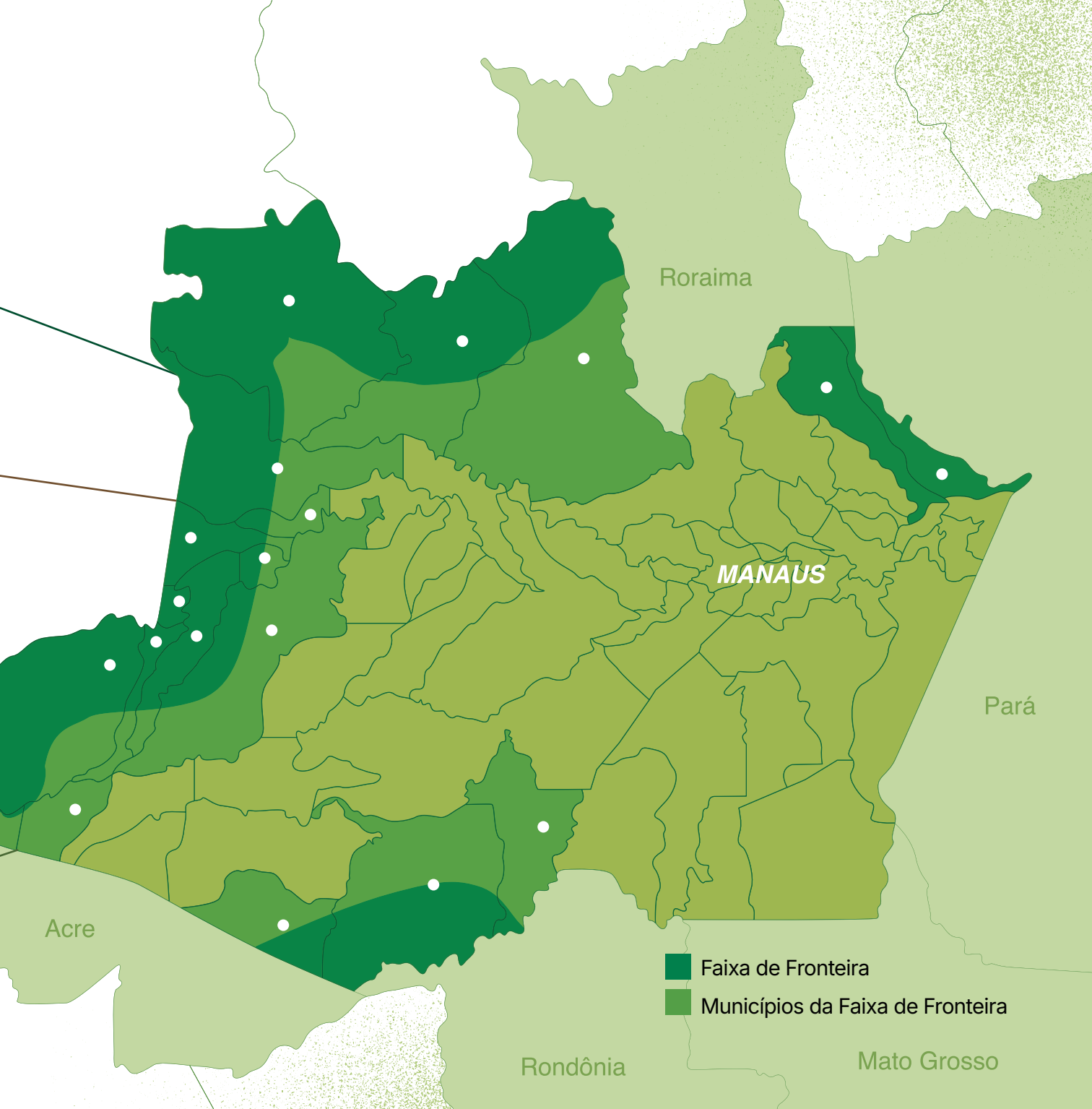
EIXOS ESTRATÉGICOS DO PDIFF



Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática



Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais



Fomento às atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social



Integração regional, Migração e Segurança



Infraestrutura para o Desenvolvimento

Onde tem ciência,
tem **Fapeam!**



FAPEAM

Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado do Amazonas



FAPEAM
Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado do Amazonas

Secretaria de
Desenvolvimento
Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Ciência Tecnologia & Inovação



Nossa Missão

Fomentar a pesquisa científica básica, aplicada e tecnológica no Amazonas, com objetivo de aumentar o estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como sua aplicação, no interesse do desenvolvimento econômico e social do estado.

Para conferir os editais aponte a
câmera do seu celular para o QR Code:

ou acesse:
www.fapeam.am.gov.br



/fapeam



/fapeamazonas

Aponte a câmera
e acesse o Plano
de Bioeconomia do
Amazonas na íntegra



A floresta

em pé é o nosso maior ativo

O PLANO DE BIOECONOMIA DO AMAZONAS

é a estratégia do Governo do Estado para transformar a biodiversidade em desenvolvimento sustentável. Com ciência, inovação e valorização dos saberes tradicionais, o plano conecta floresta, pessoas e mercado, gerando renda, inclusão e oportunidades com a floresta em pé.

Secretaria de
Desenvolvimento
Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO